UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Saúde mental e Universidade: ponderações sobre a Pandemia da Covid-19

BÁRBARA LUCAS PEIXOTO
LARISSA MARA DA SILVA

Mariana - MG
2023

BÁRBARA LUCAS PEIXOTO
LARISSA MARA DA SILVA

Saúde mental e Universidade: ponderações sobre a Pandemia da Covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Mª Sálvia Karen dos Santos Elias.

Mariana - MG
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586s Silva, Larissa Mara Da.
Saúde mental e universidade [manuscrito]: ponderações sobre a Pandemia da Covid-19. / Larissa Mara Da Silva. Bárbara Lucas Peixoto. - 2024.
63 f.

Orientadora: Profa. Ma. Sálvia Karen dos Santos Elias.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. 2. Política de saúde. 3. Saúde mental. 4. Serviço social. 5. Universidades e faculdades. I. Peixoto, Bárbara Lucas. II. Elias, Sálvia Karen dos Santos. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 614(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVICO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Bárbara Lucas Peixoto e Larissa Mara da Silva

Saúde mental e Universidade: ponderações sobre a Pandemia da Covid-19.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 01 de fevereiro de 2024.

Membros da banca

Mestre - Sálvia Karen dos Santos Elias - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto.
Doutora - Ísis Silva Roza - Universidade Federal de Ouro Preto.
Mestre - Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi - Universidade Federal de Ouro Preto.

Sálvia Karen dos Santos Elias, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/02/2024.

Documento assinado eletronicamente por **Salvia Karen dos Santos Elias**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/02/2024, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0674483** e o código CRC **7E79FC87**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3558-2275 - www.ufop.br

DEDICATÓRIA

Bárbara Lucas Peixoto

Dedico este trabalho a minha família, que foram pilares fundamentais ao longo de toda minha jornada, por todo apoio incondicional, amor, compreensão genuína e suporte incansável. Sem eles, eu nada seria.

Larissa Mara da Silva

Dedico este trabalho de conclusão de curso à minha mãe e ao meu pai, as minhas irmãs e ao meu irmão, ao meu namorado e aos meus cunhados, pessoas que não mediram esforços para que eu continuasse neste processo de formação, sempre me apoiando e me auxiliando nos momentos difíceis. Vocês foram fundamentais nesta minha caminhada. Dedico, também, de modo muito especial, ao meu sobrinho Luís Gustavo e a minha sobrinha Maria Alice, alegrias em nossas vidas e que, com os sorrisos mais sinceros e mais doces, conseguem fazer com que tudo pareça mais leve.

AGRADECIMENTOS

Bárbara Lucas Peixoto

Agradeço primeiramente a Deus por me guiar até aqui e me conceder a oportunidade de viver essa experiência.

Aos meus pais Antônio Carlos e Eva por todo amor, suporte e confiança ao longo da minha trajetória.

À minha irmã Sabrina que mesmo de longe, se fez presente, por todo apoio, incentivo e cumplicidade.

Ao meu namorado Abraão, pelo companheirismo, amor, paciência e auxílio em vários momentos dessa jornada.

À minha amiga Larissa, colega de profissão, que desde o primeiro dia da graduação esteve comigo nesta caminhada.

À minha Orientadora Sálvia Karen dos Santos Elias, por todos os ensinamentos, disponibilidade e confiança em nosso trabalho.

À minha supervisora de estágio Luciana Soares Mendes, por transmitir seus conhecimentos, pela oportunidade de estagiar no Caps Infantil e por todo o carinho.

À Universidade Federal de Ouro Preto pelos anos vividos ali e aos professores que contribuíram para fortalecer meus conhecimentos.

Aos meus amigos e amigas que de certa forma contribuíram para que o processo ocorresse de uma forma mais leve e me proporcionarem momentos de alegria.

À todos,
Muito obrigada!

Larissa Mara da Silva

Gratidão é a palavra que define este momento. Agradeço, antes de tudo, a Deus que é o alicerce em minha vida e que, em meio aos desafios de caminhada, Ele foi sustento para que eu não desistisse dos meus sonhos, renovando ainda mais a minha fé.

Agradeço, por todo o incentivo em forma de gestos e de palavras, aos meus pais Tânia e José, aos meus irmãos Mônica, Giovanna, Fabíola e Juliano, aos meus sobrinhos, Maria Alice e Luís Gustavo, ao meu namorado Guilherme, aos meus cunhados, Messias e Laércio, pois vocês sempre estiveram ao meu lado durante toda esta trajetória acreditando, sempre, em meu potencial, vivenciando dia a dia este processo de formação. Vocês foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço, à minha amiga Bárbara, que desde o primeiro dia de aula esteve comigo nesta trajetória, colecionando boas memórias.

Agradeço aos/ às docentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, que contribuíram para o meu processo de formação, em especial, à minha orientadora Sálvia Elias, por toda a contribuição e disponibilidade durante esta etapa de elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Agradeço aos membros da banca, Profa. Dra. Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi e Profa. Dra. Ísis Silva Roza, pelo aceite em participar deste momento tão importante em nossas vidas.

Agradeço à Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto por proporcionar-me a oportunidade de realizar o estágio na instituição, à Equipe Multidisciplinar nas pessoas de Lilian, Marcela e Wânia pela receptividade e, em especial, aos meus supervisores de campo, Aline e João Vitor, por todo o conhecimento transmitido, experiências e trocas, ao longo deste processo de estágio.

“A chave da felicidade é sonhar. A chave do sucesso é tornar os sonhos realidade.”

Obrigada a todos que acreditam em mim!

“Ao passo que algumas pessoas encontram beleza em bens materiais, é sábio fazer da sua mente o local de beleza onde você habita”.

(Autor desconhecido)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social propõe discutir a saúde mental dos/as graduandos/as do curso de Serviço Social, campus Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) - cidade de Mariana/MG, da Universidade Federal de Ouro Preto abordando, também, a temática da pandemia da Covid-19. No decorrer, discutiremos a questão dos desafios enfrentados pelos/as estudantes do curso de Serviço Social tal como, as razões que colaboraram para o mal estar psicológico, nessa conjuntura acadêmica. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca contribuir para a expansão do conhecimento sobre a saúde mental na esfera universitária, ressaltando a relevância da temática e seu desenvolvimento para estudantes e para as instituições de ensino.

Palavras-chave: Saúde mental; Serviço Social; Universidade; Política de Saúde.

ABSTRACT

The present work proposes to discuss the mental health of the students of the Social Work, campus Institute of Social and Applied Sciences (ICSA) - city of Mariana/MG, course at the Federal University of Ouro Preto It also addresses a historical analysis of mental health. For this, we will bring an in-depth analysis of the impacts and perspectives that permeate this specific area. In the course, we will address the challenges faced by students, such as the reasons that contributed to the psychological malaise in this academic environment. This Course Completion Work (TCC) seeks to contribute to the expansion of knowledge about mental health in the university sphere, emphasizing the relevance of the theme and its development for students and educational institutions.

Keywords: Mental health; Social service; University; Health Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FONAPRACE	Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
ICHS	Instituto de Ciências Humanas e Sociais
ICSA	Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MPC	Modo de Produção Capitalista
MTSM	Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC’s	Tecnologias da Informação e Comunicação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Internos do manicômio Colônia, em uma fotografia de 1959…….23

Figura 2: Parte externa do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) - UFOP……..38

Figura 3: Dados que mostram o aumento significativo do número de vagas noturnas no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) 38

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Semelhanças metodológicas e conceituais entre o modelo da Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Antimanicomial com o modelo das Comunidades Terapêuticas……. 28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).....41

Gráfico 2: Percentual de alunos que não tiveram acesso a tecnologia por raça, cor e etapa de ensino (em%), no período da pandemia da Covid - 19…….49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 16

CAPÍTULO 1: AFINAL, QUAL O CONCEITO DE SAÚDE MENTAL?.....18

1.1. O movimento da Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica…….18

1.2. A inserção do Serviço Social no contexto de Saúde Mental: entendendo a Política de Saúde..... 29

CAPÍTULO 2: SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE.....33

2.1: Análise da Política de Saúde Mental na UFOP.....42

2.2. Impactos da mineração na vida estudantil dos estudantes da UFOP (Campus Mariana).....44

CAPÍTULO 3: OS IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA COVID - 19 NA SAÚDE MENTAL DOS/AS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS/AS.....46

3.1. Pandemia da Covid-19, Educação e Ensino Remoto..... 47

3.2. “Pós - Pandemia”: um olhar sobre a evasão de estudantes universitários/as . durante os estudos remotos provocados pela pandemia da Covid -19 ……....53

CONSIDERAÇÕES FINAIS……58

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, intitulado como Saúde mental e Universidade: ponderações sobre a Pandemia da Covid-19 têm como objetivo analisar a saúde mental não só como ausência de doenças e de transtornos mentais mas, também, ligada ao bem estar dos indivíduos. Ademais, têm como embasamento o processo histórico de todo esse percurso até a saúde mental ser vista como direito do indivíduo. A escolha pelo tema justifica-se, a priori, pelas vivências pessoais na graduação e os impactos que as mesmas trouxeram e, também, por termos vivido a Pandemia da Covid-19 e suas consequências, como o ensino remoto, etc. Em segundo momento, pelo interesse na temática de saúde mental que, em certa conjuntura, é um assunto ainda incipiente, ausente dentro do âmbito acadêmico. Por fim, pelas experiências em nossos campos de estágio, que ocorreram no Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil em Ouro Preto, que proporcionou um certo contato com a questão do tratamento em Saúde Mental e no Hospital Santa Casa da Misericórdia de Ouro Preto que, para além dos cuidados com a saúde física dos/as pacientes, propiciou-me observar, como estagiária, a atuação dos Assistentes Sociais com relação aos/às pacientes que ali estavam internados/as em decorrência de questões relacionadas à saúde mental e que, nesses casos o contato com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) era realizado, tendo em vista a viabilização do direito dos/as usuários/as.

Durante a pandemia da Covid-19, foi observado um aumento significativo dos problemas de saúde mental entre alguns/ algumas graduandos/as, o que gerou dificuldades no processo de graduação como um todo. Uma pesquisa realizada no ano de 2022, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde por meio da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com aproximadamente 6 mil estudantes, indica os efeitos negativos na saúde mental dos/as graduandos/as de todo o Brasil,

> [1]Entre outros dados, a pesquisa aponta que 45% dos alunos foram diagnosticados com ansiedade generalizada e 17% com depressão durante o primeiro ano da pandemia. Além disso, mais de 60% relataram crises de ansiedade e dificuldade para dormir. Falta de motivação e problemas de

[1]Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-identifica-o-impacto-da-pandemia-em-estudantes#:~:text=Entre%20outros%20dados%2C%20a%20pesquisa,foram%20reportados%20por%20quase%2080%25. Acesso em: 06 de nov. de 2023.

> concentração foram reportados por quase 80% (MENEZES, Maíra. IOC/Fiocruz, 2022).

Ainda, de acordo com a autora do trabalho, Roberta Pires Corrêa, a pesquisa baseada em dados coletados entre outubro e dezembro de 2020, forneceu um panorama do primeiro ano da emergência sanitária, quando as atividades presenciais dos cursos foram inteiramente suspensas. Aproximadamente 80% dos alunos precisaram modificar seus projetos de pesquisa, com 9% optando por alterações completas, 35% implementando mudanças significativas e 37% realizando ajustes menores.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em três capítulos, são eles: analisar o conceito de saúde mental; discutir sobre a saúde mental dentro das Universidades e, por fim, abordar o impacto da pandemia da Covid -19 na vida dos/as estudantes universitários/as.

Dado o exposto, no primeiro capítulo iremos discutir e conhecer o conceito de saúde mental, trazendo dois subtópicos que abordam a questão do movimento da luta antimanicomial e a Política de Saúde (grande avanço no processo de viabilização de direitos). Já no segundo capítulo, será discutido a temática da saúde mental na Universidade e, no subtópico deste capítulo, será apresentada a questão sobre o aprofundamento em relação à saúde mental dos/as graduandos/as do curso de Serviço Social da UFOP, trazendo os impactos e as problemáticas que agravam a vivência acadêmica desses indivíduos. Por fim, no terceiro capítulo iremos analisar o impacto da Pandemia da Covid-19 na saúde mental dos/as estudantes universitários/as tendo em vista a presença da modalidade do ensino remoto.

Para fazer este trabalho, compreendemos que “metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas” (MINAYO, 2001, p.16). Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, com o objetivo de trazer levantamentos a respeito de quais são os principais fatores que afetam diretamente na questão da saúde mental dos/as graduandos/as do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) - campus Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas - ICSA delimitando, também, o impacto causado pela pandemia da Covid-19 e outras problemáticas que surgem com o adoecimento mental.

Para um melhor entendimento da temática posta em destaque, aspectos como carga horária, problemas pessoais, excesso de demandas, altas expectativas tanto pelos/as estudantes quanto por familiares, serão analisados. Essas pesquisas têm potencial de contribuir para o desenvolvimento de políticas e intervenções voltadas para a promoção de uma melhor saúde mental durante o período acadêmico, visando o bem-estar dos/as estudantes e a melhoria de suas experiências na graduação.

CAPÍTULO 1: AFINAL, QUAL O CONCEITO DE SAÚDE MENTAL?

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), [2]"saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade". Entretanto, tendo em vista as desigualdades inerentes ao Modo de Produção Capitalista (MPC), manter a saúde mental torna-se um desafio constante. Dessa forma, o capítulo que segue busca refletir sobre o conceito de saúde mental e os movimentos que deram início a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica.

1.1. O movimento da Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica

No contexto do sistema capitalista, as disparidades socioeconômicas, as pressões do trabalho, a concorrência e as condições de vida, muitas vezes adversas, contribuem para um ambiente desafiador para a saúde mental. As preocupações diárias relacionadas ao emprego, ao acesso a recursos básicos e à constante busca pelo sucesso financeiro podem criar um contexto propício para o estresse e outros problemas de saúde mental. Portanto, a preservação da saúde mental em uma sociedade capitalista, demanda esforços regulares e estratégias individuais para enfrentar esses desafios. Abordar o conceito de saúde mental e suas contradições dentro do MPC e avaliar o efeito resultante na saúde debilitada dos/ as graduandos/as será a finalidade deste capítulo, além de dar ênfase ao movimento da Luta Antimanicomial e as suas implicações e, também, pontuar a temática da Reforma Psiquiátrica, levando em consideração uma análise sobre a

[2]Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/saude-mental-no-trabalho-e-tema-do-dia-mundial-da-saude-mental-2017-comemorado-em-10-de-outubro/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,contribuir%20com%20a%20sua%20comunidade. Acesso em: 25 de out. de 2023.

inserção do Serviço Social na Saúde Mental. Nesta perspectiva, cabe enfatizar que o MPC é um sistema econômico e social caracterizado por relações de produção em que a classe burguesa, detentora dos meios de produção, emprega a classe trabalhadora para realizar o trabalho necessário, haja vista que tal sistema cria novas classes sociais antagônicas (burguesia e proletariado) e se faz como um poder opressor, que explora a todo instante a classe trabalhadora.

> A condição essencial para a existência e a supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particularidades, a formação e o crescimento do capital: a condição de existência do capital é o trabalho assalariado (MARX, ENGELS, 1848, p. 51).

Karl Marx, um dos teóricos fundamentais do pensamento socialista e crítico do capitalismo, no decorrer do século XIX analisou e destacou as contradições inerentes ao sistema capitalista e argumentava que, embora o capitalismo fosse capaz de gerar desenvolvimento econômico, o mesmo também criava profundas desigualdades e contradições estruturais. Marx identificou a seguinte contradição central na exploração da classe trabalhadora: enquanto os trabalhadores produzem riqueza, a maior parte dessa riqueza é apropriada pelos burgueses, resultando em alienação e desigualdade. Além disso apontou, também, para crises cíclicas, como as crises econômicas e manifestações das contradições pertencentes ao sistema e, com isso, ocasionou conflitos entre as classes.

> O desenvolvimento do capitalismo é caracterizado por várias etapas, caracterizada pela primeira, segunda e terceira revolução industrial. Cada uma está relacionada ao grau de amadurecimento do capitalismo. Podemos citar como exemplo dessas mudanças, quando o produtor passa a se submeter às regras impostas pelos grandes empreendedores, principais representantes do sistema capitalista (DOBB, 1965, apud, CORREIA 2007).

Assim, como dito anteriormente, se torna um desafio estudar a respeito da saúde mental dentro da lógica contraditória do sistema capitalista. “A saúde mental tem por foco o desenvolvimento saudável do indivíduo nas suas diversas fases do ciclo de vida e busca reduzir, por ações antecipadas, os problemas e riscos que impedem tal desenvolvimento” (O’CONNEL; BOAT; WARNER, 2009, apud Garcia; Capellini; Reis, 2020, p. 168). Ademais,

> A saúde mental é uma política social, e, também, um campo de reivindicação por direitos da pessoa com transtorno mental, com intuito de oferecer elementos para uma problematização sobre as particularidades dessa política e como estas podem atravessar e informar o trabalho do Assistente Social nesta área (TOMAZ, 2018, p.33-34).

Outrossim, no âmbito acadêmico, vivenciamos situações de cobranças e de exigências em tudo o que fazemos e, consequentemente, a todo instante temos que mostrar que somos 100% nas atividades que desenvolvemos nos diversos espaços e situações de nossa vida, como por exemplo: no trabalho, na família, na academia, na universidade, etc. É na fase da adolescência, que de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) compreende a faixa etária de 10 a 19 anos, que toda essa "pressão" se apresenta visto que as mudanças são inúmeras, a começar pela preparação para a inserção em uma universidade e, também, no quesito profissional. Quando saímos do Ensino Médio, já nos é colocado que precisamos ingressar no Ensino Superior o mais rápido possível. A sociedade não enxerga as limitações que cada indivíduo apresenta e, principalmente, as próprias desigualdades geradas pelo sistema. Somos "engolidos/as" por essa massa do capital, que é seletiva, alienante e, no Modo de Produção Capitalista, a todo instante existe um atravessamento na vida dos indivíduos visto que, esta determinação é marcada pelo antagonismo de classes: de um lado os que detêm todos os meios de produção, de outro aqueles/as que vendem a sua força de trabalho.

> O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadoria; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens (MARX,1844, p.111, apud, SILVA, 2005).

Ademais, o MPC é produto das contradições e da exploração de classe, que materializa as expressões da "questão social", que segundo Iamamoto e Carvalho (1983):

> A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983).

Em uma perspectiva crítica, é possível mencionar que o capitalismo, em si, pode sim colaborar para problemas de saúde mental em virtude de características

estruturais e dinâmicas. A busca constante pelo lucro e pelo sucesso econômico levam a conjunturas de trabalho estressantes, a exploração, a desigualdade, etc.

O tema da saúde mental é parte da realidade concreta da exploração capitalista. Nesta conjuntura, não se pode associar a temática de saúde mental somente a condições de caráter biológico dos indivíduos, mas é necessário analisar o caráter histórico e social, uma vez que há impactos físicos e psicológicos dentro desse processo de trabalho que afetam a vida do indivíduo e, por isso, realiza um processo produtivo monótono, não se sentindo parte do mesmo. Assim, o capital

> usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo (MARX, 2013, p. 337-338).

Todavia, ressalta-se a importância do movimento da Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, que representaram um avanço com relação à atenção das pessoas com sofrimento mental e, em consonância, aos/as usuários/as de álcool e outras drogas. Ambos trouxeram a premissa baseada “[3]na assistência ao paciente, em liberdade, e no respeito à singularidade e autonomia dos sujeitos, bem como na manutenção dos vínculos familiares e sociais”.

Os movimentos sociais configuram-se como ações coletivas, visto que apresentam “[...] caráter fragmentário e heterogêneo que destinam boa parte de suas energias e recursos para o gerenciamento de sua complexidade”(LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007, p.400). Nesta perspectiva, destaca-se o que é o movimento da luta antimanicomial no Brasil, caracterizado pela defesa dos direitos daqueles e daquelas que vivem sofrimento psíquico. Outrossim,

> O sofrimento psíquico para a sociedade exibe uma ideia de incapacidade e improdutividade, causando vergonha em familiares e pessoas próximas com relação à condição do sujeito que sofre (VECCHIA; MARTINS, 2006 apud FIGUEIRÊDO; DELEVATI; TAVARES, 2014, p. 122).

[3]Disponível em: https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/estado-reforca-importancia-do-dia-da-luta-antimanicomial. Acesso em 06 de dez. de 2023.

Historicamente, destaca-se a fundação do Hospício Dom Pedro II, inaugurado em 1852 no Rio de Janeiro e que, mais tarde, foi renomeado Hospício Nacional de Alienados. Desse modo,

> o Brasil se tornou o primeiro país da América Latina a fundar um grande manicômio com base no alienismo francês, o qual manteve a tradição asilar de abrigar desviantes de todos os tipos, regidos sob a égide das mais diversas intervenções e arbitrariedades (GUIMARÃES; BORBA; LAROCCA; MAFTUM, 2013, p. 362).

Assim, com base na tradição de abrigar os “desviantes”, com a institucionalização os manicômios ganharam espaço no país visto que, nestes espaços o tratamento era restrito, com internações prolongadas havendo, também, uma segregação dos sujeitos com transtornos mentais do espaço familiar e social. Além disso, o tratamento era pautado na utilização de “recursos que iam desde a internação, técnicas de hidroterapia, administração excessiva de medicamentos, até aplicação de estímulos elétricos ou o uso de procedimentos cirúrgicos” (GUIMARÃES; BORBA; LAROCCA; MAFTUM, 2013, p. 362).

Neste sentido, destaca-se o chamado manicômio de Barbacena - cidade conhecida como Cidade dos Loucos, localizada no Estado de Minas Gerais. E, era nesta cidade que estava localizado o Hospital Colônia.

> Colônia, como era chamado o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, dentre todas as instituições, foi a maior e persistiu no tempo. Fundada em 1903, configurou-se como o primeiro hospital psiquiátrico de Minas, existindo até os anos 1980. Anteriormente à construção do Colônia, existiu no local um sanatório particular de tratamento à tuberculose e ao falir e desativar, o hospício foi erguido (VASCONCELOS, 2023, p. 3).

Por conseguinte, o Colônia foi porta de entrada para aqueles/as que poderiam ter algum tipo de “sofrimento mental”. Com isso,

> [...] após os seus primeiros trinta anos, o Colônia passava a configurar-se como reduto de todos os que podiam ter algum tipo de sofrimento mental, diagnosticados ou não. Mais do que isso, passava a ser o destino de todos aqueles que tinham quaisquer comportamentos considerados inadequados para a sociedade, por isso, grande parte das pessoas destinadas àquela localidade não sofriam de nenhum tipo de doenças de ordem mental, sequer. Mães solteiras, homossexuais, tímidos ou revolucionários, todos pareciam ser bem-vindos num lócus que passava a ser depósito de gente indesejada, e nessa varredura social, estavam coniventes a diretoria do hospital, governantes, a sociedade civil e mesmo a comunidade médica (VASCONCELOS, 2023, p. 3-4).

Ao longo desse período, o Colônia ficou conhecido por sua má gestão e pela aplicação de políticas discriminatórias, como: tratamento desumano, negligência e

superlotação. Por esse motivo, estima - se que um vasto número de pacientes tenham falecido devido a essas condições precárias e tratamentos desumanos.

Figura 1: Internos do manicômio Colônia, em uma fotografia de 1959.

Fonte: LUIS ALFREDO (AYUNTAMIENTO DE BARBACENA/ Site El País - Naiara Galarraga Gortázar**.** Barbacena (MG), 2021.

Foi a partir da contradição da lógica referente à [4]institucionalização desses indivíduos, que nasceu o movimento da Luta antimanicomial uma vez que, [5]"a Luta Antimanicomial no Brasil, a priori, inspirou-se na experiência italiana de desinstitucionalização da doença mental na década de 1960. Outrossim, foi a partir dos anos de 1970 e 1980, que as mobilizações iniciaram-se e, neste processo, houve a reafirmação de uma sociedade civil sem os manicômios, mas com equipamentos que oferecessem serviços de acolhimento psicossocial".

De acordo com Tomaz (2018, p.36), durante os anos 1980, período marcado pelas Reformas Sanitária e Psiquiátrica, houve um avanço significativo no modelo de saúde com a implementação das "Ações Integradas de Saúde", que mais tarde evoluíram para o atual Sistema Único de Saúde (SUS). Essas ações deram destaque ao atendimento ambulatorial, utilizando um sistema de referência e contrarreferência, resultando em um maior controle sobre as internações realizadas.

---

[4] Institucionalização que era acompanhada de "internações que ocorriam de forma automática e arbitrária, ou seja, uma verdadeira autorização de sequestro, privando o paciente de liberdade, mantendo-o em cativeiro"(FIGUEIRÊDO; DELEVATI; TAVARES, 2014, p.128).

[5] Disponível em: https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1184. Acesso em: 06 de nov.de 2023

Dentro da esfera da saúde mental, essas movimentações apontam para a influência da proposta norte-americana de desospitalização. Essa proposta envolveu a transferência de indivíduos com transtornos mentais dos hospitais psiquiátricos para instituições de menor porte. No entanto, apesar da saída das pessoas dos grandes hospitais, essa nova abordagem não conseguiu eliminar completamente a segregação, demonstrando uma continuidade na lógica de exclusão, mesmo fora do ambiente hospitalar tradicional. Isso possibilitou melhorar os hospitais psiquiátricos públicos, com a ajuda do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) junto aos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, mas sem eliminar essas instituições.

Além disso, o processo de reforma psiquiátrica, no Brasil, tem como um de seus fundamentos principais a desinstitucionalização. Mas o que foi a chamada “Reforma Psiquiátrica?” A Reforma Psiquiátrica representou uma iniciativa que visava remodelar o sistema de cuidados em saúde mental, adotando abordagens mais humanizadas e inclusivas. Embora tenha suas raízes no contexto internacional, essa mobilização ganhou considerável impulso no Brasil a partir da década de 1970. Além do mais, a Reforma Psiquiátrica

> é processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios diversos, nos governos federal, estadual e municipal, nas universidades, no mercado dos serviços de saúde, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais, e nos territórios do imaginário social e da opinião pública. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo da Reforma Psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios (Ministério da Saúde, 2005, p. 6).

Essa reforma significou uma ampla transformação no sistema de atendimento em saúde mental, além de representar uma mudança cultural e uma maior ênfase na valorização dos direitos humanos. Assim sendo, é necessário abordar o chamado Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), no qual teve papel relevante nas denúncias da violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, dentre outros. No ano de 1989 surge um Projeto de Lei do deputado Paulo Delgado (PT/MG). Este projeto [6]“propõe a regulamentação dos direitos da pessoa

[6] Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 16 de out. de 2023.

com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país" (Ministério da Saúde, 2005, p.7). Paralelo a isso, com a realização da II Conferência Nacional de Saúde Mental[7] em Brasília, no período de 1 a 4 de dezembro de 1992,

> [...] passam a entrar em vigor no país as primeiras normas federais regulamentando a implantação de serviços de atenção diária, fundadas nas experiências dos primeiros CAPS, NAPS e Hospitais-dia, e as primeiras normas para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos (Ministério da Saúde, 2005, p. 8)

Ademais, essas normas federais foram fundamentais uma vez que, o tratamento das pessoas com doenças mentais era marcado por práticas desumanas e segregadoras. À vista disso, surgiram os primeiros hospitais psiquiátricos que, de tempos em tempos, se tornaram espaços de abuso, negligência e exclusão. Os pacientes que viviam nesses ambientes eram internados, muitas vezes sem o seu consentimento, e eram submetidos a tratamentos cruéis que envolviam eletrochoques e [8]lobotomias.

Após a reforma psiquiátrica, a concepção de saúde mental conquistou maior relevância pois ficou claro, na prática, que o termo saúde mental não se destinava aos chamados "loucos" e "lunáticos", mas sim se aplicava a todos/as.

> [9]O Movimento Antimanicomial faz lembrar que, como qualquer cidadão, pessoas com transtornos mentais, têm o direito fundamental à liberdade, o direito a viver em sociedade, além do direito a receber cuidado e tratamento, sem que para isto tenham que abrir mão de seu lugar de cidadãos (Ministério da Saúde).

Em oposição às internações, os pacientes dessas localidades teriam acesso aos tratamentos psicológicos menos invasivos do que aqueles a que eram submetidos. Do mesmo modo, [10]"em substituição aos hospitais psiquiátricos, o

---

[7] Realizada em Brasília, no período de 1 a 4 de dezembro de 1992, é resultado de longo processo democrático. A II Conferência Nacional de Saúde Mental representou a culminação de um amplo processo de participação e debate, obtido através dos trabalhos de 500 delegados eleitos nos eventos estaduais e com composição paritária dos dois segmentos: usuários e sociedade civil, governo e prestadores de serviços. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2conf_mental.pdf. Acesso em: 16 de out. de 2023.

[8] A lobotomia foi uma prática cirúrgica controversa no século XX, onde partes do cérebro, principalmente o lobo frontal, eram removidas ou desconectadas na tentativa de tratar transtornos mentais.

[9]Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/18-5-dia-nacional-da-luta-antimanicomial-3/#:~:text=O%20Movimento%20Antimanicomial%20faz%20lembrar,de%20seu%20lugar%20de%20cidad%C3%A3os. Acesso em: 17 de jul. de 2023.

[10]Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/20-anos-da-reforma-psiquiatrica-no-brasil-18-5-dia-nacional-da-luta-antim

Ministério da Saúde determinou, em 2002, a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em todo o país" haja vista que, os CAPS são unidades de saúde mental que oferecem assistência, tratamento e acompanhamento às pessoas que enfrentam transtornos mentais, psicossociais e emocionais. Portanto, os/as pacientes passaram a ter um tratamento ambulatorial mais humanizado, em substituição aos hospitais psiquiátricos e às prolongadas internações e com a participação de uma equipe multidisciplinar composta por psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais e outros profissionais especializados.

Na década entre 1960 e 1970 surgiram, também, as Comunidades Terapêuticas (CTs), nas quais as mesmas podem ser consideradas como uma conduta de discussão dentro da organização, principalmente quando se diz respeito ao tratamento em saúde mental. Mas o que são as chamadas "Comunidades Terapêuticas"?

De acordo com Governo Federal,

> [11]Entende-se por Comunidades Terapêuticas, entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizam gratuitamente o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, em regime residencial transitório e de caráter exclusivamente voluntário (espontâneo). O período de acolhimento varia de 3 meses a 12 meses, conforme o projeto terapêutico da entidade. O principal instrumento utilizado nas Comunidades Terapêuticas durante o tratamento é a convivência entre os pares (Lei nº 13.840/2019).

No que tange a questão com relação às Comunidades Terapêuticas, no Brasil, as mesmas

> são voltadas ao tratamento da drogadição ancoram sua terapêutica em rotinas comunitárias disciplinadas; no exercício do trabalho pelos acolhidos (conhecido como "laborterapia"); e, em muitos casos, no recurso à espiritualidade. Segundo a Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas (CONFENACT), a laborterapia envolve tanto tarefas de autocuidado, como de manutenção da comunidade, além de atividades produtivas (hortas, construção civil, artesanato), educativas e de formação profissional (SANTOS, 2014, p.44).

Diante desse cenário, algumas Comunidades Terapêuticas apresentam recursos voltados à espiritualidade, visto que "muitas delas estão vinculadas a

---

anicomial/#:~:text=Em%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20aos%20hospitais%20psiqui%C3%A1tricos,%2C%20em%20tratamento%20n%C3%A3o%2Dhospitalar. Acesso em: 20 de nov.de 2023.

[11]Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-comunidades-terapeuticashttps://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-comunidades-terapeuticas. Acesso em: 09 de out de 2023.

grupos religiosos e igrejas de diferentes orientações (católicas, evangélicas, espíritas" (SANTOS, 2014, p. 44). Segundo publicação do Conselho Federal de Serviço Social (2018), as Comunidades Terapêuticas

> no início do século 20, alcança visibilidade por meio do movimento dos/as higienistas, constituído por profissionais de diversas áreas do conhecimento que integravam a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), que assume investimentos e campanhas no trato ao alcoolismo apreendido na superficialidade com viés moralista e preconceituoso (CFESS, 2018).

Nesta perspectiva, apoiadores do movimento da Luta Antimanicomial questionam a efetividade dessas comunidades, pois acreditam que esse modelo pode, de fato, não atingir os fins da desinstitucionalização e inclusão social devido a forma como são conduzidas já que, mesmo em um ambiente mais flexível, a prática de internação e isolamento nas comunidades terapêuticas pode manter traços do modelo manicomial.

Trazendo o debate para a contemporaneidade, em uma pesquisa feita pelo [12]Jornal Metrópoles, a mesma apresenta que o Governo Bolsonaro nos anos de 2021 e 2022 usou cerca de 75$ mil reais que eram direcionados à Covid- 19 para financiar as Comunidades Terapêuticas,"além do aumento do repasse, a atual gestão também isentou as entidades de tributos e doou carros e uma mansão, em meio a uma política que vai contra as evidências científicas, segundo especialistas" (Metrópoles, 2022). Isto significa que, o financiamento das comunidades terapêuticas teve um notável aumento durante a administração do presidente Jair Bolsonaro. "A comunidade terapêutica é a cloroquina da saúde mental, e o governo investe nisso justamente por um viés ideológico, uma vez que boa parte dessas instituições são evangélicas"(Psiquiatra Deivisson Vianna Dantas dos Santos).

As tabelas, a seguir, ilustram as similaridades metodológicas e conceituais entre os movimentos descritos acima.

Tabela 1: Semelhanças metodológicas e conceituais entre o modelo da Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Antimanicomial com o modelo das Comunidades Terapêuticas

[12]Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/governo-covid-comunidades-terapeuticas. Acesso em: 09 de out de 2023.

Quadro 1. Semelhanças metodológicas e conceituais entre o modelo da Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Antimanicomial com o das Comunidades Terapêuticas.

Conceitos básicos	Reforma Psiquiátrica e Movimento de Luta Antimanicomial	Comunidade Terapêutica
Rede de serviços	CAPS, residências terapêuticas, hospital-dia, NASF, consultórios de rua, etc.	Atividades extramuros com foco na ressocialização, grupos de apoio, hospital-dia (modelo ambulatorial).
Desinstitucionalização	Eliminar as consequências da vida institucional, como: violência, miséria, isolamento, falta de dignidade, injustiça e ampliação da enfermidade institucional[14].	Postura anti-antiterapêutica[25]. Solucionar agentes antiterapêuticos, patógenos, tais como a privação sensorial e social, próprios das instituições totais em geral, e do asilo clássico em particular.
Superação do paradigma da clínica	"Tratar o doente, e não a doença"[1], num ambiente social, e não apenas no consultório.	"Não é a droga, mas a pessoa inteira, o problema a ser tratado"[10]. O ambiente de tratamento é a CT, um ambiente social.
Ampliação do conceito de saúde/ Melhora na qualidade de vida	Melhora nas condições gerais de vida, não somente na remoção dos sintomas[17].	A recuperação envolve "re-habilitação", o que seria restabelecer o funcionamento das habilidades e valores saudáveis, assim como resgatar a saúde física e emocional. Em outras palavras, retomar um estilo de vida saudável[21].
Modelo psicossocial	Os engajamentos subjetivo e sociocultural são indissociáveis da definição de saúde mental[17].	Considerar as relações interpessoais como o principal agente de modificações de comportamento no dependente[10].
Horizontalização das relações	Mudança nas relações paciente-paciente e paciente-equipe de saúde, com maior participação de todas as partes.	A ideia primeva da CT seria o ambiente democrático, de mobilidade social, no qual a autoridade seria uma prerrogativa do grupo como um todo, e não de um ou alguns membros do mesmo[5].
Controle social compartido	O paciente e os familiares teriam prerrogativas semelhantes e equivalentes às da equipe de saúde para poder gerir cada fase do tratamento.	Todos os membros podem fazer-se responsáveis pelo grupo e pela instituição, independentemente das suas características pessoais[5].

continua

Quadro 1. continuação

Conceitos básicos	Reforma Psiquiátrica e Movimento de Luta Antimanicomial	Comunidade Terapêutica
Reapropriação da identidade	O que está em jogo é a reapropriação do sujeito; do sentido e da motivação humana; reapropriação da capacidade de forjar sua própria identidade[6].	O que deve ser tratado é a pessoa como ser social e psicológico, ou seja, deve ser tratado o modo como o dependente se comporta, pensa, sente, administra suas emoções e frustrações, suas culpas e tristezas, a sua comunicação com o mundo externo e o interno[10].
Singularização	Tratar o doente mental de acordo com as suas características e necessidades pessoais, fugindo da lógica asilar capitalista de massificação[1].	"É ao se esforçar para satisfazer as expectativas de participação da comunidade que os residentes perseguem suas metas individuais de socialização e crescimento psicológico"[10].
Ressocialização	Retorno do doente mental à sociedade e à família, de acordo com as reais possibilidades de cada caso, buscando desenvolver diversos dispositivos externos que se adaptem a cada necessidade.	Um dos principais avanços das CT contemporâneas, para De Leon[10], é "a passagem [...] de uma comunidade alternativa para dependentes químicos excluídos que presumivelmente não tinham condições de viver em sociedade a uma instituição de serviços de atenção [...] que prepara os indivíduos para a reintegração à sociedade mais ampla".
Participação dos familiares	Participação ativa na fundação do movimento, assim como na gestão das políticas públicas.	Participação fundamental da família no tratamento e na gestão do mesmo através de acompanhamento individual ou de participação em diversos Grupos de Apoio.

Quadro 2. Diferenças metodológicas e conceituais entre o modelo da Reforma Psiquiátrica e o Movimento de Luta Antimanicomial com o das Comunidades Terapêuticas.

Conceitos básicos	Reforma Psiquiátrica e Movimento de Luta Antimanicomial	Comunidade Terapêutica
Desospitalização	Atendimento ao doente fora do ambiente hospitalar, através dos dispositivos da rede de serviços.	Regime residencial, embora existam modelos de CT ambulatorial.
Tratamentos de curta duração	Nos casos de internação, tempo máximo de 90 dias.	Tratamentos a partir de 6 meses de duração, embora existam projetos de diminuição do tempo mínimo de tratamento.

Tabelas retiradas do artigo: A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica? PERRONE (2013).

A saúde mental constitui-se em um campo de disputa não só médico mas, também, farmacológico. E, nessa disputa, o/a profissional de Serviço Social é inserido/a, reafirmando a importância da defesa dos direitos humanos. Contudo, o Serviço Social, na categoria dos/as assistentes sociais, reitera a importância na defesa dos direitos humanos e na promoção da autonomia e, similarmente, trabalha na articulação de redes de apoio, na garantia do alcance a serviços de saúde mental de qualidade. “Para afirmar a defesa da vida, é primordial reconhecermos a importância da saúde mental na constituição da vida social e na reprodução do capitalismo” (CFESS, 2022, c. 8, p. 19). Para mais, efetuam uma função essencial na desconstrução de estigmas e preconceitos relacionados à questões mentais.

1.2. A inserção do Serviço Social no contexto de Saúde Mental: entendendo a Política de Saúde

“A gênese do serviço social em saúde mental no Brasil data da década de 1940, época em que foram se formando os primeiros assistentes sociais no país” (EULÁLIO, LIMA, PATRIOTA, SILVA, p. 58, 2010). Neste contexto, o tema de saúde mental, diretamente ligado aos/as graduandos/as do Ensino Superior, é uma conjuntura que precisa ser melhor observada e trabalhada dentro dessas instituições haja vista que, a saúde mental, quando não alinhada, afeta diretamente no desempenho de alguns indivíduos no período da graduação.

> A saúde mental dos estudantes universitários tem vindo a despertar maior atenção devido ao aumento da prevalência e gravidade das perturbações psiquiátricas nesta população. Os estudantes encontram-se num período de grande vulnerabilidade, uma vez que estão expostos a diversos factores de stress e encontram-se na faixa etária em que surgem, pela primeira vez, muitas das perturbações mentais graves (Saraiva Educação, 2022).

A presença do Serviço Social, no contexto de Saúde Mental, desempenha um papel fundamental ao viabilizar o direito ao atendimento psicossocial dos/as usuários/as. Os/as profissionais de Serviço Social atuam, de maneira ampla, abrangendo diversas áreas de intervenção, contribuindo para uma abordagem mais ampla e inclusiva e viabilizando a garantia do acesso a esses serviços. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ancorado aos princípios do Código de Ética da categoria profissional, compreendendo o exercício profissional dos/as Assistentes

Sociais com relação ao atendimento dos/as usuários/as com sofrimento mental, vêm produzindo manifestos e documentos com relação a esta temática.

> Em 2016, lançou o Caderno 2 da série Assistentes sociais no combate ao preconceito, abordando o estigma do uso das drogas.
> Em 2018, realizou pela primeira vez um seminário nacional sobre o trabalho de Assistentes Sociais na Política sobre Drogas e Saúde Mental, onde pautou a contribuição da categoria para uma questão de saúde pública que têm interface com a política de assistência social.
> Ainda em 2018, lançou também o Relatório Serviço Social e a inserção de assistentes sociais nas CTs, citado na audiência de quarta (17/5).
> Há também vários manifestos sobre a temática, sendo o último deles em 2021.
> No ano passado (2022), lançou mais um caderno (número 8) da série Assistente Social no combate ao preconceito, em que aborda a discriminação contra a população usuária da saúde mental.
> E em 2023, durante o 6º Encontro Nacional de Seguridade Social e Serviço Social, realizou plenária específica sobre o tema (CFESS, 2023)[13].

Isso resulta em um acolhimento mais humanizado para aqueles e aquelas que lidam com questões de saúde mental, visando não apenas a recuperação clínica, mas também o fortalecimento das habilidades sociais e a reintegração efetiva na sociedade.

> O reconhecimento do Serviço Social como uma profissão em saúde, é oriundo do fato de ter sido um dos maiores espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais brasileiros. A partir do processo de redemocratização e implementação do SUS mudou-se a relação da atuação e formação no campo da saúde, incluindo novas orientações para os profissionais, incluindo os assistentes sociais (MAGALHÃES, 2018).

Sua conduta executa um papel crucial em conjunto com as equipes multidisciplinares de saúde mental, colocando em evidência a compreensão das variáveis sociais e estruturais que influenciam os/as usuários/as e suas famílias. Dessa forma, a atuação de Assistentes Sociais no âmbito da saúde ocorre no contexto da interligação entre dever e direito à saúde, configurando-se como uma prática essencial para a promoção e cuidado da saúde.

> A Constituição Federal de 1988 configura-se um marco na história da sociedade brasileira, na medida em que define garantias individuais e coletivas e estabelece um sistema de Seguridade Social abrangente, assegurando direitos universais de acesso à saúde, previdência e assistência social (SARRETA; BERTANI, 2011).

A Constituição Federal de 1988, marca um ponto de virada fundamental na história da sociedade brasileira. Ela promoveu uma série de transformações de

[13] Disponível em: https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2001. Acesso em: 16 de out. de 2023.

grande relevância e estabeleceu princípios basilares que moldaram os alicerces dos direitos e obrigações dos cidadãos e das cidadãs, assim como os compromissos do Estado perante a população.

No que se refere a saúde, ocorreu a instauração do Sistema Único de Saúde (SUS), como um sistema integral, no qual visa assegurar o direito a todos/as os/as cidadãos/ãs e garantir acesso igualitário aos serviços de saúde. Ademais, a saúde deve ser pensada de forma que possa atender às diversas demandas existentes. Carvalho (2002) discorre que,

> os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, à saúde, etc. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Esses direitos permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo [...] (CARVALHO, 2002, p. 10).

Paralelo à afirmativa acima, é importante enfatizar que, os direitos sociais existem, mas nem todos/as têm acesso aos mesmos visto que, se a garantia de tais direitos fosse efetiva não existiriam as expressões da “questão social”. A temática da Política de Saúde no contexto brasileiro nasce do tripé da Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência. Contudo, o contexto da saúde ganha notoriedade nas Conferências Nacionais de Saúde, espaço de participação popular e democrático, previsto na Lei Nº 8.142/1990. Em consonância, é importante dar enfoque à 8ª Conferência Nacional de Saúde (culminada através da Reforma Sanitária). A mesma foi realizada em 8 de março de 1986 sendo a primeira conferência que contou com a participação dos/as usuários/as. Logo, destaca-se, também, a 16ª Conferência Nacional de Saúde, realizada de 4 a 7 de agosto de 2019, em Brasília, com o tema “Democracia e Saúde”. Além disso, é imprescindível mencionar a discussão do Serviço Social na Saúde, tendo em vista que,

> [...] na maioria, o debate do Serviço Social na Saúde vem acompanhado de uma referência ao projeto da reforma sanitária e ao projeto ético-político profissional, por mais que, muitas das vezes, não explicitamente. Entretanto, ficou patente a dificuldade da maioria em realizar – pelo menos é o que está posto na sistematização escrita – um trabalho que no cotidiano esteja norteado pelo projeto ético-político profissional e o da reforma sanitária. Ao contrário, foram os trabalhos que não realizavam reflexões sobre o cotidiano, os que conseguiam obter tal articulação (BRAVO; MATOS, 2004, p. 11).

A participação do/a Assistente Social no campo da Saúde, presente nas instituições designadas a acolher usuários/as com transtornos mentais, se dá através das equipes multidisciplinares, exercendo uma atribuição essencial na

equipe, buscando melhorar a qualificação dos serviços prestados e possibilitando a percepção do exercício social em sua totalidade. Sua finalidade é auxiliar os/as usuários/as a superar desafios e viabilizar sua inclusão social.

> As competências teórico-metodológica, técnico-operativa e éticopolítica são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho (ABESS, 1997, p. 67, apud, FRANCISCO, 2018).

É fundamental salientar a significativa introdução dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como um ponto importante na progressão do atendimento em saúde mental no Brasil. Esses centros representam um avanço notório no domínio da saúde mental, sinalizando uma transformação relevante com relação ao prevalecente modelo manicomial. Isto posto, o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil surgiu no ano de 1986, na cidade de São Paulo, e foi nomeado como “Luís da Rocha Cerqueira”, em uma homenagem feita ao ex coordenador de Saúde Mental do Estado, pois o mesmo executou um papel essencial na década de 1970, quando impulsionou uma transformação fundamental na prestação de cuidados a pacientes com transtornos mentais graves.

Os CAPS representam não apenas um local de acolhimento mas, também, um pilar fundamental para o tratamento e suporte de indivíduos que enfrentam transtornos mentais ou sofrem com questões psíquicas. Além disso, os CAPS têm um papel abrangente e diversificado, pois não se limitam, apenas, ao amparo de pessoas com transtornos mentais. Todavia, desempenham um papel crucial no apoio a indivíduos que enfrentam a dependência no álcool e outras drogas.

Atualmente, no Brasil, existem três tipos de CAPS, dos quais abrangem distintas áreas de cuidados e demandas específicas, são eles: Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II - Transtornos Mentais) e o Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e outras drogas (CAPS ad). Resumidamente, os CAPSij são destinados às crianças e aos adolescentes com algum tipo de transtorno mental ou emocional. Já os CAPS II, são voltados para o tratamento de indivíduos adultos que enfrentam transtornos mentais graves e persistentes e, ambos dispõem de tratamentos intensivos individuais e em grupo, buscando aprimorar a evolução dos usuários. Por fim, os CAPS ad são direcionados a pessoas que experimentam vivências relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. Esse equipamento oferece tratamento especializado com relação à

dependência em substâncias psicoativas, incluindo serviços de desintoxicação, acompanhamento, apoio à reabilitação e prevenção de recaídas.

Em conseguinte, o próximo capítulo abordará sobre a saúde mental no ambiente universitário. Será explorado os desafios enfrentados pelos/as estudantes e as iniciativas implementadas para promover o bem-estar psicológico nesse contexto.

CAPÍTULO 2: SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE

Para abordar a temática sobre saúde mental na Universidade é importante destacar que alguns aspectos irão impactar diretamente a vida dos/das estudantes, desde os conflitos familiares, condição sócio-econômica, distância do convívio familiar, dentre outros. Dessa forma, neste capítulo, analisaremos algumas pesquisas feitas sobre os aspectos que perpassam a saúde mental dos/as estudantes universitários/as abordando, também, sobre a Política de Saúde Mental oferecida pela UFOP.

Em primeira instância, é importante destacar que cada pessoa é única, e a interação desses fatores pode variar amplamente. Algumas pessoas podem enfrentar desafios, mas não desenvolvem transtornos mentais, já outras podem precisar de mais suporte. O estigma em torno da saúde mental pode influenciar, também, na disposição das pessoas em buscar ajuda, principalmente profissional, e isso pode afetar o curso e a gravidade destes transtornos mentais.

Respostas às pressões externas podem variar de acordo com diferentes estágios da vida e circunstâncias. Alguns indivíduos podem encarar tais adversidades “temporárias" de maneira adaptativa, superando-as com o tempo, enquanto outros podem experimentar um acúmulo progressivo de estresse que eventualmente afeta sua saúde mental e o ambiente nos quais estão inseridos/as.

De acordo com os dados da IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, desenvolvida no ano de 2014 pelo Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), há inúmeros agravos com relação à vida acadêmica. Tais agravos afetam, de modo significativo, a vida dos/as graduandos/as. Na seção da pesquisa, na qual aborda a temática “Dificuldades Estudantis”, destaca-se que,

> [...] foram listados 16 tipos de dificuldades que podem interferir significativamente na vida do discente ou em seu contexto acadêmico. São elas: adaptação a novas situações (cidade, moradia, distância da família, entre outras); relacionamento familiar; relacionamento social/interpessoal; relações amorosas/conjugais; situação de violência física; situação de violência sexual; situação de violência psicológica; conflito de valores/conflitos religiosos; discriminações e preconceitos; dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros); dificuldades financeiras; dificuldade de aprendizado; falta de disciplina/hábito de estudo; carga horária excessiva de trabalho, carga excessiva de trabalhos estudantis e relação professor(a)-estudante (p.230).

A universidade, como espaço de fundamental importância para o desenvolvimento da vida, revela-se como um ambiente primordial para se discutir a temática da saúde mental. Estar inserido/a dentro de uma Universidade é um processo de transição, de adaptação visto que as vivências estabelecidas, em muitos momentos, causam um certo estranhamento.

O novo sistema de ensino, as regras institucionais, entre outros, “[...] requer ajustamento e organização para experienciar as expectativas em relação aos domínios pessoais, acadêmicos, profissionais e sociais” (OLIVEIRA; MORAIS, 2015, apud Garcia; Capellini; Reis, 2020, p. 169). A adaptação acadêmica depende de fatores que fazem com que o/ a estudante sinta-se parte integrante da universidade e do curso escolhido. Da mesma forma, não somente esses fatores estão relacionados ao contexto acadêmico, mas uma série de questões, tais como: o sentimento de pertencimento do espaço; a própria questão da adaptação; os fatores anteriores ao ingresso na universidade, dentre outras.

Esse ingresso do indivíduo em uma universidade é perpassado por distintas realidades e as demandas sociais apresentadas são inúmeras. Muitos/as desses/as estudantes saem do convívio familiar, do seu território para inserirem -se em um ambiente até então desconhecido. “A saudade de casa (homesickness) tem sido identificada como uma consequência negativa da necessidade de se adaptar a um novo contexto, nesse caso, sair da casa dos pais para morar sozinho ou com outras pessoas” (SCOPELLITI; TIBERIO, 2010, apud Garcia; Capellini; Reis, 2020, p. 169).

Nesse sentido, o processo de independência surge como um fator considerável nesta etapa, acompanhada de responsabilidades, decisões, etc. Ademais, cada indivíduo tem o seu contexto individual, que vai muito além de uma perspectiva de análise financeira mas que engloba, também, questões de caráter psicológicos. Há pessoas que não tem o suporte familiar e outras que não se adaptam a essa nova realidade.

Neste processo, o ensino superior brasileiro, seja público ou privado, se viu em um cenário de expansão com relação à procura pelo ingresso em universidades. Quando acontece tal ingresso, a realidade apresentada traz uma nova lógica, pois a dinâmica apresentada é outra. Com a inserção na universidade, surge o contexto de adaptação que, às vezes, se torna árduo e exaustivo, tendo em vista que a população universitária está em um processo vulnerável.

No momento em que o/a estudante ingressa no ensino superior, ele/a precisará lidar com um nível mais elevado de exigência acadêmica já que, durante o Ensino Médio, o/a mesmo não estava preparado/a para uma carga diferente do que até então era acostumado/a.

> No contexto universitário, alguns fatores específicos que dificultam a adaptação podem contribuir para o desenvolvimento desses sintomas, como o nível de exigência do curso (Art. 10), infraestrutura da instituição (Art. 13) e relacionamentos interpessoais (Art. 9). A identificação desses fatores parece indicar que os estudantes não são intrinsecamente ansiosos ou estressados, mas que alguns aspectos da interação deles com o ambiente universitário estão maximizando esses sintomas (Sahão, Kienen, 2021).

O estresse acadêmico, virá como uma reação adaptativa a todo esse processo mas que, quando prolongado, pode trazer riscos à saúde de alguns indivíduos, como: péssimo desempenho acadêmico, desmotivação, dentre outros. São grandes as demandas enfrentadas pelos/as estudantes universitários/as e é de extrema importância admitir a inevitabilidade de políticas e ações como a prevenção e a execução de um espaço de apoio que abranja sua saúde e seu bem-estar. Contudo, à medida que o sistema público federal se amplia mesmo que, à primeira vista, evidenciando apenas uma expressão quantitativa de ingresso ao ensino superior, proporciona-se a ampliação do acesso à universidade e, consequentemente, a diversificação de seu público alvo, possibilitando a maior presença de um novo público universitário, sobretudo estudantes oriundos das camadas populares visto que, “ao longo de toda a sua história, de um modo geral, as universidades têm sido espaços ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural”(NIEROTKA; TREVISOL, 2016, p.23).

Nesse sentido, nota-se que as desigualdades ainda se fazem presentes com relação ao ingresso desses sujeitos nas Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo no que concerne à formação básica, pois esses sujeitos, em muitos casos, são provenientes de escolas públicas. Outrossim,

> Os filhos dos mais pobres estudam em escolas públicas até o final da educação básica e, ao se depararem com as dificuldades de ingresso nas universidades públicas, decorrentes do limitado número de vagas e da concorrência, buscam as IES privadas para obterem sua formação de nível superior. As vagas públicas, por estas razões, têm sido historicamente ocupadas pelos estudantes de maior renda, formados em escolas privadas de educação básica. O dualismo estrutural que caracteriza o nosso sistema de ensino (escola gratuita para os pobres e escola paga para os ricos) [...], se inverte no ensino superior, assumindo nova feição: universidade pública e gratuita para os ricos e privada para os pobres (NIEROTKA; TREVISOL, 2016, p.23).

Nesse viés, a temática com relação ao acesso à educação superior, principalmente daqueles e daquelas jovens que encontram-se em contexto de vulnerabilidade social - sobretudo com relação à renda - , começa a ganhar espaço a partir de planejamento dos governos que, consequentemente, desencadeou políticas públicas de expansão com relação às vagas para tal ingresso enfatizando, aqui, as ações afirmativas.

> O primeiro Projeto de Lei (PL nº 73/99) submetido ao Congresso Nacional propondo reserva de 50% das vagas das IES públicas para alunos provenientes de escolas públicas data de 1999. A matéria manteve-se em discussão ao longo de treze anos, até converter-se na Lei nº 12.711 (Lei das Cotas), sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em 29 de agosto de 2012 (NIEROTKA; TREVISOL, 2016, p.23).

Tal ingresso é fruto das Políticas de Ações Afirmativas (como mencionada), nas quais se materializam no Sistema de Seleção Unificada (SISU), no Programa Universidade Para Todos (Prouni), visto que, respectivamente, o primeiro seleciona os/as estudantes através da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nos quais os mesmos são selecionados/as a partir da maior classificação, no curso ao qual escolheu. Ademais, há duas edições anuais do SISU. Já o segundo, oferta bolsa de estudos (que podem ser integrais ou parciais, de 50% do valor da mensalidade do curso) visto que, as instituições atendidas são de educação superior privadas.

O ingresso em nível superior, muitas vezes, é restrito para aqueles indivíduos que enfrentam dificuldades financeiras, além da falta de oportunidades em uma educação de qualidade. A ausência de recursos financeiros afeta diretamente os dispêndios relacionados ao estudo, incluindo as moradias, alimentação e o básico para viver pois, ocasionalmente, os estudantes necessitam sair de suas casas e cidades de origem em busca de um futuro melhor. Consequentemente, essas

adversidades podem impactar negativamente na vida desses/as estudantes, ocasionando no mal desempenho e, até mesmo, na evasão escolar.

Junto a isso, cabe ressaltar a importância do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que trouxe, para a UFOP, uma expansão com relação à infraestrutura e melhores condições quanto à formação de novos/as profissionais.

O Reuni, lançado em 2007, fazia parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e, neste sentido, o mesmo teve papel de responsabilidade quanto às ampliações nas universidades, destacando, aqui, a UFOP. Com relação à criação do Reuni, o mesmo

> [14]visava aumentar e facilitar o acesso e melhorar a permanência no ensino superior. As ações previam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Ademais, foi a partir da implantação do Reuni que houve a implementação de um novo instituto, o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), na cidade de Mariana - Minas Gerais, criado em 19 de agosto de 2008.

> [15]A UFOP obteve ajuda nas três cidades-sede e, em Mariana, a Prefeitura cedeu o espaço e o prédio do Colégio Padre Avelar, onde o ICSA foi instalado. A criação de quatro novos cursos na Primaz de Minas Gerais contribuiu para a "consolidação da Universidade como produtora de conhecimento em todas as áreas do saber, com a inclusão da área de Ciências Sociais Aplicadas", ressalta José Benedito Donadon Leal, diretor do ICSA. Ele explica que, na unidade acadêmica, além da graduação, a Universidade ganhou mestrados em Comunicação e Economia e especialização em Serviço Social.

Figura 2: Parte externa do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) - UFOP

[14] Disponível em: Reuni completa 10 anos com visível ampliação do acesso à Universidade | Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Acesso em: 08 de dez. de 2023.

[15] Disponível em: Reuni completa 10 anos com visível ampliação do acesso à Universidade | Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Acesso em: 08 de dez. de 2023.

Foto: Agliene Melquíades/ Disponível em: O Instituto | ICSA (ufop.br)

O ICSA oferece, hoje, cursos noturnos, que dão oportunidades àqueles sujeitos que almejam uma graduação e que estão inseridos/as no mundo do trabalho. Muitos/as não teriam a oportunidade de voltar às salas de aulas se não houvesse tal oportunidade. De acordo com o site da UFOP, com a criação do Reuni, o número de vagas noturnas teve um aumento, como mostra a imagem abaixo:

Figura 3: Dados que mostram o aumento significativo do número de vagas noturnas no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA)

Disponível em: Reuni completa 10 anos com visível ampliação do acesso à Universidade | Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

No que concerne à permanência dos estudantes e das estudantes no Ensino Superior na UFOP, a mesma possui órgãos responsáveis para a sua administração. Neste viés, existe a Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), que é a unidade responsável em proporcionar condições quanto ao acesso dos/as estudantes na UFOP, sobretudo com relação à permanência pois, na maioria dos casos, esses/as estudantes vêm de outras localidades e o deslocamento diário se torna inviável.

A PRACE, tendo o seu orçamento e as suas resoluções, que garantem, dentro do possível, à permanência e o acesso desses/as estudantes na Instituição, possui a avaliação socioeconômica destinada ao/à discente. Contudo, a PRACE oferece, as bolsas que [16]"são programas que visam facilitar o acesso à alimentação e complementação financeira concedidos para o custeio de despesas básicas dos/as estudantes assistidos/as, para que os mesmos tenham condições de permanecer na Universidade e se dedicar à vida acadêmica".

Por conseguinte, as bolsas possíveis são,

> [17](a) **bolsa permanência**, que enquadra o corpo discente agraciado em cinco categorias possíveis: A, B, C, D e E, concernentes à sua condição socioeconômica. Cada uma delas equivale, respectivamente, ao auxílio financeiro de R$500, R$400, R$300, R$200 e R$100, depositado mensalmente nas contas dos(as) agraciados; (b) **bolsa alimentação**, que permite aos(às) enquadrados na bolsa permanência a possibilidade de almoçar e jantar gratuitamente nos restaurantes universitários, independentemente de sua categoria; e c) **auxílio transporte**, excepcionalmente aos(às) discentes do curso de Filosofia, cujo departamento encontra-se no centro histórico da cidade, onde não possui restaurante universitário (Pesquisa Formação Social - PET, 2023, p. 11).

Para além das bolsas, destaca-se que a UFOP oferece, também, vagas em repúblicas estudantis federais e moradias(enfatizando que cada uma tem um sistema diferenciado de ingresso) que possibilitam a permanência gratuita do corpo discente, levando em consideração aqueles e aquelas que estão em condições de maior vulnerabilidade social. Outrossim, para os grupos pertencentes às comunidades indígena e quilombola é ofertada a bolsa do Ministério da Educação (MEC), referente ao Programa de Bolsa Permanência (PBP). Para mais, o programa tem por objetivo

---

[16] Disponível em: Bolsas | Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ufop.br). Acesso em 08 de dez. de 2023.

[17] Disponível em: PET ICSA traz resultados da pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do Instituto | ICSA (ufop.br). Acesso em 08 de dez. de 2023.

> minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior. O [18]SISBP tem como objetivo gerir as ações relacionadas ao PBP, sobretudo, o ingresso de discentes e o pagamento de bolsas (BRASIL, 2013, p.12 apud Pesquisa Formação Social - PET, 2023, p.12).

Outro ponto, são as Políticas de Ações Afirmativas das quais têm por finalidade [19]"tornar o ensino superior inclusivo destinando as vagas aos estudantes de baixa renda". Com relação ao assunto sobre as Políticas de Ações Afirmativas, o mesmo só foi tratado na instituição em 30 de junho de 2003, "quando a PROGRAD realizou o debate Cotas para negros e para escola pública na universidade" (SANTOS, 2011, p.95). As Políticas de Ação Afirmativa na UFOP foram aprovadas em 13 de fevereiro de 2008 pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), com a Resolução nº. 3.270.

[20]"Lei de Cotas:

- Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
- Portaria Normativa Nº 18, de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012".

.

Dado o exposto, é importante falar sobre o perfil desses/as estudantes que estão inseridos/as no contexto do Ensino Superior. Em nota, uma pesquisa realizada pelo [21]Programa de Educação Tutorial - PET ICSA (2023), para entender o perfil dos/as estudantes do ICSA, a mesma contou com a participação de sessenta pessoas e uma das perguntas relacionava-se ao ingresso dessas pessoas na Universidade Pública.

---

[18] Sistema de Gestão da Bolsa Permanência.

[19] Disponível em: Ações Afirmativas | Pró-Reitoria de Graduação (ufop.br). Acesso em: 08 de dez. de 2023.

[20] Disponível em: Ações Afirmativas | Pró-Reitoria de Graduação (ufop.br). Acesso em: 08 de dez. de 2023.

[21] Disponível em: PET ICSA traz resultados da pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do Instituto | ICSA (ufop.br). Acesso em: 08 de dez. de 2023.

> Dos(as) 60 participantes do formulário, 55% ingressaram na universidade por alguma modalidade de cota, o que representa o total de 33 estudantes, enquanto que 45% entraram através da ampla concorrência, o que corresponde a 27 discentes. A política de cotas, consolidada pela Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, prevê que Instituições de Ensino Superior (IES) e Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio ofertem 50% das suas vagas a estudantes que tenham cursado integralmente (I) o ensino médio em escolas públicas e (II) o ensino fundamental em escolas públicas. Em ambos os casos, 50% dessas vagas deve ser destinada a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, e 50% a autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência), o que corresponde, excepcionalmente, a 25% do total das vagas ofertadas pelas instituições (PET ICSA, 2023, p. 7).

Outro dado importante da pesquisa foi em relação ao ingresso por meio das modalidades de cotas, visto que,

> Dos(as) 33 estudantes que ingressaram por meio das políticas de cotas, 84,8% indicaram a modalidade de escola pública, o que corresponde a 28 participantes, 57,6% por motivo de baixa renda, o que representa 19 pessoas, 48,5% autodeclarados pretos, pardos e indígenas, o que traduz-se em 16 discentes e não houve participantes que ingressaram em vagas destinadas às pessoas com deficiência (PcD) (PET ICSA, 2023, p. 8).

Dentre outros aspectos, o perfil de estudante trabalhador e não trabalhador também foi ponto relevante na pesquisa. De modo sucinto, a pesquisa apresenta que 36 participantes informaram não exercerem atividades laborais, sejam elas formais ou informais (totalizando 60% dos entrevistados). Já 24 entrevistados, responderam que exercem algum tipo de trabalho (totalizando 40%). Ademais, esta análise com relação ao trabalho trouxe à tona na pesquisa elaborada pelo PET ICSA (2023) que, essas pessoas realizam outras formas de trabalho, como mostra o gráfico abaixo:

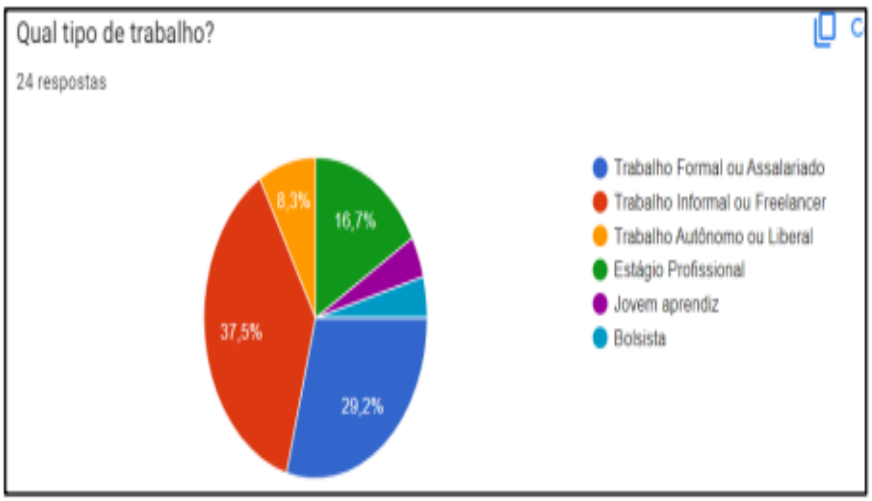


Gráfico 1: Pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)

Fonte: elaborado pelos (as) autores (as) (2023)/ Disponível em: PET ICSA traz resultados da pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do Instituto | ICSA (ufop.br)/ página 9.

Nesta conjuntura, é notório que a universidade é um espaço de diversidade e, por isso, é necessário que haja meios que provenham tal permanência.

> [22]"Nos anos 50 não existia nas universidades federais brasileiras uma política de assistência estudantil ou de saúde mental voltada para o/a estudante universitário/a, mesmo que munidas de instâncias denominadas pró-reitorias estudantis. As ações de assistência ao estudante eram mantidas conforme disponibilidade orçamentária, interesse e concepção de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). No entanto, discussões sobre políticas de promoção e apoio aos/às estudantes ocorriam entre os pró-reitores estudantis, culminando na criação do Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 1987, fórum que ficaria encarregado de discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação (MEC) a Política de Promoção e Apoio ao Estudante (FONAPRACE, 2012)".

Contudo, é importante reconhecer que, quando essas ações, políticas, programas são planejadas e, quando efetivadas, passam por melhorias, monitoramento, a permanência desses/as estudantes acontece de modo efetivo e contínuo, tendo em vista o compromisso que promova a inclusão e um ambiente universitário propício para todos/as que almejam ingressar e permanecer no Ensino Superior de modo a alcançar a equidade.

2.1. Análise da Política de Saúde Mental na UFOP

Conforme dados da página da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), da UFOP, a instituição oferece atendimento psicológico aos/às discentes, considerando o campus do curso correspondente. Os/as estudantes do campus ICSA, em Mariana/MG são atendidos na Coordenadoria de Assuntos Estudantis de Mariana (NACE Mariana). Contudo,

> [23]Os atendimentos ocorrem na modalidade de consultas psicológicas em que se dá o acolhimento, avaliação das queixas e suas pluricausalidades e possíveis consequências; aconselhamento, e encaminhamento aos recursos disponíveis, segundo a avaliação dos profissionais. Trata-se de atendimentos com caráter pontual/breve, isto é, não se apresenta como psicoterapia.

---

[22] Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4343/8278. Acesso em: 06 de jun. de 2023.

[23] Disponível em: https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/psicologia/mariana. Acesso em: 21 de ago. 2023.

Para atendimento, os/as discentes do campus de Mariana, realizam agendamento via link, disponível no site da PRACE e a agenda é aberta na primeira e na terceira segunda - feira de cada mês. Já com relação aos serviços oferecidos pela instituição, de um modo geral, a dinâmica é a seguinte:

> [24]o Centro de Saúde da UFOP está localizado no *campus* Morro do Cruzeiro. Atende alunos e funcionários, com consultas agendadas, de segunda-feira a sexta-feira, das 7h às 19h. São oferecidos os serviços de odontologia, nutrição, psicologia e enfermagem. Além disso, também abriga a Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Bauxita, ofertando atendimento de clínica médica também com agendamento prévio ou encaminhamentos.

Neste contexto, o processo de graduação traz, em seu arcabouço, impactos com relação à saúde mental de alguns discentes visto que, para o mesmo se manter nesse espaço (enfatizando a cidade de Mariana/MG), o custo de vida é alto e, em alguns casos, as moradias não oferecem estruturas adequadas.

Entretanto, as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, causaram um efeito negativo na saúde mental dos/as estudantes como: o isolamento social, o aumento da pressão dos estudos, o trabalho remunerado e, por conseguinte, trouxe a angústia em meio a uma pandemia. Ademais, existem grandes desafios e acontecimentos a serem enfrentados pelos/as graduandos/as durante todo esse período, tanto na vida acadêmica quanto na vida pessoal, o que acaba por afetar a saúde mental.

Neste processo de ensino é relevante analisar como as atividades acadêmicas são distribuídas no decorrer do curso. É extremamente importante e fundamental que haja serviços de apoio à saúde mental desses/as universitários/as, como um suporte nesses casos, que de forma planejada e organizada, poderão prevenir o agravamento de sintomas. É necessário o fortalecimento de vínculos da universidade com o/a graduando/a, tendo em vista que,

> estudantes universitários enfrentam problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e estresse, além de má qualidade do sono. Resultados de pesquisa com estudantes australianos mostram que os níveis de depressão, ansiedade e estresse estiveram significativamente associados à diminuição da qualidade do sono ou à diminuição da intenção de procurar ajuda (Garcia; Capellini; Reis, 2020, p. 170).

Em suma, é de extrema importância abordar este tema, visto que, houve um aumento considerável com relação à conscientização, a questão mental e a

---

[24]Disponível em:
https://ufop.br/noticias/centro-de-sade-e-os-servios-oferecidos--comunidade-acadmica

desmistificação das doenças mentais. Contudo, enfatiza-se que o aumento dessas demandas em referência à saúde mental estão relacionadas a fatores externos, visto que, essa consideração relaciona-se com os impactos causados pela mineração na vida estudantil dos/as graduandos/as da UFOP (campus Mariana) uma vez que, a saúde mental desempenha um papel fundamental no bem - estar geral desses indivíduos e pode ser influenciada por diversas razões, incluindo o ambiente em que vivem. Assim, abordar os impactos da mineração na vida estudantil traz à tona demandas que interferem diretamente neste contexto de saúde mental que alguns estudantes enfrentam.

2.2. Impactos da mineração na vida estudantil dos estudantes da UFOP (Campus Mariana)

Primeiramente, é importante destacar que o curso de Serviço Social está inserido na região dos Inconfidentes, na qual a economia baseia-se na mineração. Atualmente há a instalação de duas grandes mineradoras no município: a Samarco S.A e a Vale. Segundo Barbosa (2018, p.41), a Vale e a Samarco realizaram investimentos significativos no município e região influenciando, diretamente, na economia da cidade de Mariana/MG. Em consequência, temos o aumento da arrecadação, geração de emprego e renda, além de altos investimentos em infraestrutura, proporcionando crescimento econômico local.

> Em Mariana estão instaladas duas grandes mineradoras, a Vale S/A e a Samarco. Controlada pela Vale e por uma empresa multinacional, a anglo-australiana BHP, a Samarco investe bilhões na produção de minério de ferro em Mariana, é uma das maiores exportadoras do país, com mercado em 19 países. Seu principal produto são as pelotas de ferro, que resultam da transformação dos minerais de baixo teor em matéria prima nobre para a indústria siderúrgica (SAMARCO, 2017, apud BARBOSA, 2018, p. 15).

Com isso, a cidade se torna totalmente dependente dessa atividade e, em consequência, todo esse cenário muda abruptamente quando a mineradora da Samarco S/A encerra as suas atividades, imediatamente, após o rompimento da barragem de Fundão ocorrido em 05 de novembro de 2015 e, [25] ao longo dos cinco anos, as operações da Samarco ficam paralisadas. Ademais, a economia regional sofreu com tal impacto. Hoje, o impacto ainda se alastra na vida da população local

[25] Disponível em: https://www.samarco.com/quem-somos/. Acesso 10.nov de 2023.

e na vida dos/as estudantes universitários/as que se instalam na cidade de Mariana/MG para o processo de graduação. O custo de vida na cidade cresceu após o rompimento da barragem de Fundão e, como as atividades da mineradora Samarco retornaram, o modo de vida da população viu-se ainda mais monetarizado. Uma problemática, pois nem todo/a estudante consegue manter-se na cidade e, em muitos casos, a permanência se torna árdua, não só pelos preços de aluguéis, mas pela própria sobrevivência.

[26]Em uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Ouro Preto, foram coletados dados que indicam uma grande evasão dos alunos dos Campus localizados na cidade de Mariana/MG, o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) e o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS). A pesquisa mostra que a razão predominante na qual ocorre essa evasão inclui condições habitacionais enfrentadas pelos/as graduandos/as referenciando, aqui, o alto custo dos aluguéis.

Durante o período letivo de 2021, o ICSA, em uma análise comparativa entre os semestres do ano de 2022, registrou uma saída de mais de 10% entre os estudantes do instituto, já no ICHS, foi registrada uma taxa de abandono de 21% . Como indicado pela pesquisa, a problemática se intensifica entre os estudantes identificados como pertencentes à categoria de vulnerabilidades econômicas, abrangendo 20% do total de matrículas. Tal problemática relaciona-se diretamente à dinamicidade da economia local da cidade de Mariana, que é voltada para a mineração, ao turismo, ao comércio, dentre outras e, essas atividades impactam diretamente no que concerne ao mercado imobiliário. Amorim (2022, p. 2-3) aborda que,

> [...] a oferta de casas e apartamentos nesses municípios está aquém da demanda, tanto no que diz respeito à qualidade, quanto no que tange a quantidade de residências disponíveis para este fim. Nota-se que a oferta de habitações para locação ainda é escassa, especialmente nas localidades mais centrais e próximas às unidades da UFOP, onde existe uma demanda mais expressiva. Consequentemente, isso promove um desequilíbrio para esse mercado trazendo reflexos significativos sobre os valores dos aluguéis. Nesse contexto, a população que demanda imóveis não dispõe de muitas opções no momento em que decidem alugar um imóvel nesses municípios, seja pelo limitado número de casas e apartamentos disponíveis para tal finalidade ou pela qualidade dos imóveis ofertados. De forma geral, existem significativas limitações à expansão da oferta de novos empreendimentos imobiliários locais, em razão das restrições geológicas, áreas de preservações ambientais e restrições patrimoniais impostas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico

[26]Disponível em:https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/03/23/interna_gerais,1472515/preco-de-aluguel-afeta-entrada-e-permanencia-de-alunos-da-ufop-em-mariana.shtml. Acesso em: 06 de. ago de 2023.

> Nacional – IPHAN. Portanto, o mercado imobiliário nessas cidades históricas mineiras apresenta uma dinâmica de funcionamento complexa (AMORIM, 2022, p.2-3).

Entretanto, a procura por imóveis nas cidades de Mariana e Ouro Preto é diversificada, ou seja, além da população nativa o fluxo de outras pessoas é significativo, principalmente pela presença da UFOP e das empresas mineradoras na região e, até mesmo pela influência com relação às peculiaridades que as cidades supracitadas apresentam.

> [...] as pessoas que demandam imóveis nessas cidades não detêm muitas opções no momento em que decidem alugar um imóvel, seja pelo limitado número de casas e apartamentos disponíveis para tal finalidade ou pela baixa qualidade dos imóveis ofertados. No geral, os locadores não realizam reformas periódicas nos imóveis que são, em grande medida, construções antigas. As cidades, que sofreram anteriormente, um crescimento desordenado, apresentam limitações de diferentes naturezas no que tange a expansão de novas construções. Considerando as especificidades dessas cidades históricas, a oferta de moradias não acompanha o crescimento econômico existente, de modo que famílias inteiras, estudantes e funcionários das mineradoras disputam um número restrito de imóveis disponíveis para locação de boa qualidade. Mediante esse cenário, os valores dos aluguéis dos imóveis disponíveis para locação em Mariana e em Ouro Preto são relativamente elevados (AMORIM, 2022, p. 3).

Mediante o exposto, nota-se que o funcionamento do mercado imobiliário afeta diretamente na vida desses sujeitos, principalmente dos/as estudantes universitários/as e, por isso, cabe mencionar que é necessário ter uma atenção maior quanto ao planejamento de políticas públicas e políticas urbanas locais, visto que, a permanência desses/as estudantes em cidades como Mariana e Ouro Preto se torna desafiadora afetando não somente o aspecto financeiro, mas a qualidade de vida dos mesmos, sobretudo para aqueles/as que estão longe de sua família. No próximo capítulo, abordaremos os efeitos da pandemia da Covid - 19 na saúde mental dos/as estudantes universitários/as.

CAPÍTULO 3: OS IMPACTOS CAUSADOS PELA PANDEMIA DA COVID - 19 NA SAÚDE MENTAL DOS/AS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS/AS

Destacar o impacto causado pela pandemia da Covid - 19, em diversos aspectos da vida dos/as estudantes universitários/as e em como a universidade lidou com todo esse acontecimento, será o intuito deste último capítulo considerando-se que, a pandemia da Covid -19 apresentou adversidades sem

precedentes para a saúde mental da população, de forma geral, e para os/as estudantes universitários/as.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), informou sobre a disseminação do coronavírus declarando, assim, a pandemia da Covid-19. Contudo, foi recomendada a necessidade do isolamento social, que resultou no fechamento de comércios, instituições de ensino, etc. Neste sentido, o ensino remoto foi introduzido na maioria das instituições de ensino superior e, neste formato houveram as aulas síncronas e assíncronas (modelo de aula adotado, também, pela UFOP).

> [27][...] e parte do ano de 2022, estabeleceram-se formatos síncronos e assíncronos para as aulas. As aulas síncronas, acompanhadas em tempo real pelo docente, era uma tentativa de adaptação de estratégias até então utilizadas no ensino tradicional. Já no formato assíncrono, as atividades foram disponibilizadas em ambientes virtuais de aprendizagem, e os discentes, mediante o acesso a elas, mantinham seus estudos (UFU, 2020, apud CASTRO, 2022 ,p. 2).

Sob esse olhar, foram observados alguns desafios com relação ao ensino remoto. É notório que o mesmo foi a solução imediata encontrada para a continuidade da formação desses/as estudantes universitários/as. Além disso, o ensino remoto apresentou implicações quanto à formação desses sujeitos, principalmente no que concerne às questões de impactos emocionais.

3.1. Pandemia da Covid-19, Educação e Ensino Remoto

Um dos maiores desafios, no que se refere ao ensino, no período da pandemia da Covid-19, foi a transição abrupta para o ensino remoto enfrentada pelos/as estudantes universitários/as. Isso ocasionou a ausência de interações presenciais entre colegas, professores/as e pessoas no geral, propiciando em um estado de desmotivação de alguns/algumas estudantes na vivência acadêmica e, com isso, trazendo consequências adversas para a saúde mental dos mesmos.

> As universidades têm o papel de formar e desenvolver cada indivíduo em seus aspectos cultural, social e formativo. E, recebem alunos de diferentes contextos e realidades, com a diversificação de classes sociais, raças, religiões, gênero e orientação sexual. Todos interagem em um ambiente externo a suas famílias e comunidades, encontram-se ali muitas vezes com propósitos distintos, mas sob a mesma formação. Conhecer as particularidades dos nossos estudantes permite proporcionar um ensino mais justo. Em tempos de pandemia, a dinâmica sofre alterações e a

[27] Disponível em: Presencial Remoto Volta.pdf (ufu.br). Acesso em 17 de dez.2023.

> comunidade acadêmica estabelece normativas legais e desenvolve estratégias para mitigar os impactos que limitam a eficiência dos processos formativos (SILVA, 2021, p.2).

Em meio a isso, imprecisões quanto ao futuro exerceram um impacto significativo de estresse, depressão e ansiedade para a longa caminhada acadêmica de alguns/ algumas estudantes universitários/as. A preocupação no que se refere ao progresso acadêmico, a conclusão dos estudos, as oportunidades de emprego e a estabilidade financeira provocaram uma pressão adicional, além de um sentimento de insegurança quanto às perspectivas futuras.

> Algumas dificuldades relatadas em estudos sobre educação remota durante a pandemia incluem: falta de contato físico com colegas, problemas de acesso à internet, excesso de atividades, aspectos pessoais que afetam o monitoramento integral dos estudantes, falta de conhecimento tecnológico de alguns professores, dificuldade para oferecer materiais facilmente acessíveis aos estudantes, dificuldade de acesso às plataformas virtuais ou de localizar links e e-mails, falta de acesso a computadores/smartphones com memória suficiente para evitar falhas, dificuldade de ajustar horários para conciliar as aulas (devido ao aumento da demanda), distanciamento físico das pessoas e comprometimento das relações interpessoais (VERCELLI; RIBEIRO; FIGUEIREDO, apud, OLIVEIRA; VASCONCELOS; ALMEIDA; PEREIRA; LINHARES; NETO; ARAGÃO, 2022).

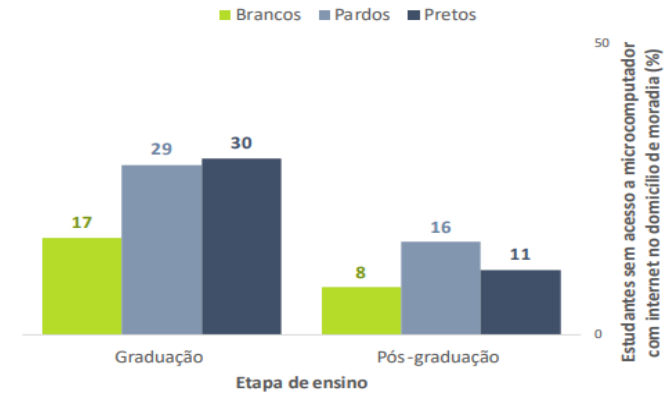
Foi preocupante a comprovação de que, no momento delicado da pandemia da Covid-19, as universidades federais não estavam conseguindo fazer o papel de proporcionar o acesso à educação, levando em consideração que esse cenário pode ser atribuído às limitações tecnológicas, às desigualdades socioeconômicas, a falta de infraestrutura vivenciadas por alguns estudantes. Tais fatores serão discutidos posteriormente. Essa realidade destaca a necessidade de investimentos e estratégias eficazes para fortalecer a capacidade das instituições de ensino superior em enfrentar crises e garantir o acesso equitativo à educação, mesmo em circunstâncias adversas. Segundo dados do dia 10 de maio de 2020, divulgados pelo Ministério da Educação, algumas regiões do Brasil, como o Nordeste, apresentaram um alto índice de aulas suspensas no período pandêmico, seguido pela região Sudeste com porcentagem de 31% e 25%, respectivamente.

> De um contingente de 69 universidades federais, cerca de 20% estavam funcionando de forma remota, ou em regime de atividades parciais no início de maio de 2020, atendendo, dessa forma, à apenas 22,5% do contingente de discentes matriculados, o que significa que quase 80% ficaram fora das salas de aulas remotas.

É importante acentuar que, a pandemia da Covid-19 trouxe recortes com relação ao perfil dos/as estudantes que foram mais afetados/as, atentando-se para

a questões relacionadas a classe social, a raça, etc. À vista disso, ao investigar o perfil dos/as estudantes mais afetados/as pela pandemia da Covid-19, torna-se evidente uma notável disparidade nos percentuais de estudantes pretos e pardos em comparação aos estudantes brancos. Essa disparidade não reflete, apenas, as desigualdades históricas profundamente enraizadas em nossa sociedade mas, também, é fruto da vulnerabilidade exacerbada desses grupos diante dos impactos socioeconômicos fomentados pela pandemia da Covid-19. O gráfico abaixo mostra o percentual de alunos/as que não tiveram acesso aos meios tecnológicos por raça, cor e etapa de ensino (em%).

Gráfico 2: Percentual de alunos que não tiveram acesso a tecnologia por raça, cor e etapa de ensino (em%), no período da pandemia da Covid - 19



Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE. Elaboração própria.

Gráfico retirado do artigo: As desigualdades sociais e a Covid - 19. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Informativo-3-As-desigualdades-educacionais-e-a-covid-19-.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

A falta de acesso à tecnologia e a estrutura socioeconômica inadequada, aumentam os desafios enfrentados pelos/as estudantes pretos e pardos colocando em pauta a necessidade de abordar essas disparidades. Entender essas nuances é importante para nortear políticas educacionais que corrijam as necessidades implícitas, das quais perpetuam a exclusão na comunidade estudantil. Segundo a pró-reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Isabel Hartmann, [28]"podemos dizer que 50% dos alunos das universidades federais são pessoas em

[28]Disponível em: https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4014/n-de-alunos-que-abandonam-faculdade-deve-subir-apos-a-pandemia-e-setores-poderao-enfrentar-falta-de-mao-de-obra. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

vulnerabilidade social. E, sabemos que, na sociedade como um todo, as famílias têm sido muito impactadas".

Além da evasão e do abandono dos/as estudantes universitários/as, um ponto que chama a atenção é com relação à saúde mental dos mesmos, principalmente em um contexto de pandemia. Durante o período da pandemia, ocorreu um agravamento significativo dos transtornos mentais na população. Segundo a OMS, " [29]quase 1 bilhão de pessoas viviam com transtorno mental em 2019, sendo 14% adolescentes". Alguns desses transtornos já eram conhecidos pelos indivíduos. Porém a situação atual intensificou seus sintomas e impactos negativos e, tal fenômeno resultou na não percepção de algumas pessoas com relação ao adoecimento psíquico.

A ausência de uma estrutura e rotina adequadas, a dificuldade em estabelecer uma separação clara entre o tempo destinado aos estudos e o tempo pessoal, os obstáculos no acesso aos recursos educacionais e a sobrecarga de responsabilidades acadêmicas foram fatores adicionais que contribuíram para o aumento do nível de estresse e exaustão entre alguns/ algumas estudantes universitários/as. "A perda ou a significativa redução do contato presencial entre professores e estudantes ou inclusive entre estudantes, é sem dúvida uma das mais marcantes consequências do distanciamento social provocado pela pandemia." (OSTI, JÚNIOR, ALMEIDA, 2021).

Uma pesquisa elaborada entre outubro e dezembro de 2020 pela Fundação Oswaldo Cruz ([30]Fiocruz), trouxe à tona o alarmante impacto da pandemia na vida acadêmica dos/as estudantes e o alto nível de estresse enfrentado durante esse período. Coletados os dados, 82% dos estudantes se mostraram desmotivados com as atividades acadêmicas, 79% tiveram dificuldade de concentração e 62% tiveram crises de ansiedade. Com a desmotivação generalizada, em conformidade com as tarefas, é inquestionável que o período pandêmico afetou negativamente o comprometimento e o interesse acadêmico em suas trajetórias educacionais.

---

[29] Dado disponível em: 1 bilhão de pessoas vivem com algum transtorno mental, afirma OMS | ONU News. Acesso em: 12 de julho de 2023.

[30]Dado disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-identifica-o-impacto-da-pandemia-em-estudantes. Acesso em 13 de julho de 2023.

> [31]Da suspensão das aulas presenciais nas universidades públicas e privadas decorre a necessidade de desenvolvimento de maneiras alternativas de ensino, como as tentativas de adaptação e implementação de sistemas digitais. Essas tentativas, por sua vez, acabam por expor diversas ("novas") problemáticas. Entre elas encontram-se: a) a falta de suporte psicológico a professores; b) a baixa qualidade no ensino (resultante da falta de planejamento de atividades em "meios digitais"); c) a sobrecarga de trabalho atribuído aos professores; d) o descontentamento dos estudantes; e) o acesso limitado (ou inexistente) dos estudantes às tecnologias necessárias (GUSSO; ARCHER; LUIZ; SAHÃO; LUCA; HENKLAIN; PANOSSO; KIENEN; BELTRAMELLO; GONÇALVES, 2020).

Além disso, é primordial que instituições de ensino superior identifiquem e reconheçam os efeitos causados por esses elementos e implementem medidas eficazes que abordem e apoiem a saúde mental dos/as estudantes. É relevante destacar que essas práticas sejam baseadas em pesquisas e evidências científicas visando, assim, fornecer um suporte abrangente e eficaz.

Sinteticamente, o ensino remoto é um método que tem como funcionalidade a tecnologia, propagando informações e facilitando a comunicação. Desse modo, o mesmo oferece ensinamentos de maneira virtual, se contrapondo à maneira tradicional com a qual estamos habituados. Em tempos de pandemia da Covid-19, o ensino remoto se estabeleceu como uma grande realidade nas instituições de ensino visto que, devido a propagação do vírus, as mesmas se viram obrigadas a adotar este dispositivo para a segurança da comunidade estudantil. Exemplo este vivenciado na UFOP, onde as aulas ganharam um novo cenário: já não haviam diversas cadeiras, mesas ou o quadro branco mas sim uma sala, um quarto ou até mesmo uma aula "assistida" no trabalho. Uma mudança abrupta, que trouxe desafios para todos/as.

> O ensino desenvolvido por meio de plataformas on -line e outros recursos digitais, a distribuição de materiais de estudos impressos e a transmissão de aulas via TV aberta e rádio foram as principais estratégias adotadas e/ou anunciadas pelas secretarias de educação durante o período de quarentena (CUNHA, SILVA, SILVA, 2020, p. 32).

Nesta conjuntura, tal mudança não permitiu a interrupção da jornada educacional pois, de certo modo, foi viabilizado aos/às estudantes a oportunidade de assistir a vídeo aulas e a acessar o conteúdo através de materiais disponibilizados pela instituição de ensino, em suas plataformas. Fortuitamente, essa modificação provisória colaborou para o desenvolvimento das habilidades

[31] Disponível em: SciELO - Brasil - ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIRETRIZES À GESTÃO UNIVERSITÁRIA ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIRETRIZES À GESTÃO UNIVERSITÁRIA. Acesso em: 13. ago de 2023.

digitais de certo número de alunos e de alunas no período de pandemia da Covid-19, item primordial em um mundo cada vez mais tecnológico. Entre os pontos positivos do ensino remoto, neste mesmo período, também veio à tona a presença e o interesse maior dos familiares para com a formação educacional de seus filhos/as, pois devido ao isolamento os pais passaram a ter um maior contato com as tarefas e conteúdos apresentados aos/às alunos/as, participando ativamente e auxiliando na aprendizagem dos mesmos.

> [...] O envolvimento afetivo dos pais no acompanhamento dos filhos, além de fortalecer o vínculo, beneficia e favorece a criança em seu desenvolvimento, bem como beneficia também os pais na construção da aprendizagem do seu filho e no seu desenvolvimento enquanto sujeito. Neste contexto, os pais tiveram, de improviso, que aprender a ensinar e acompanhar os filhos, tanto no que tange ao pedagógico, quanto a tecnologia, ensinar e acompanhar os filhos, tanto no que tange ao pedagógico quanto à tecnologia, além de se adequar às aulas gravadas, vídeo conferências, enfim, às aulas remotas com atividades síncronas e assíncronas, nas quais o aluno recebe o material e em dado momento do dia acesse a aula de modo online (LUNARDI, et all, 2021, p. 03, apud, ALVES, NASCIMENTO, MORAIS, VALE, p. 3).

Entretanto, apesar do ensino remoto ter sido uma grande ferramenta que contribui para que o ensino não fosse interrompido, houveram adversidades perpassadas neste cenário. Desigualdades ao acesso prejudicaram, consideravelmente, a aprendizagem pois nem todos/as os/as discentes/as possuíam condições necessárias e recursos disponíveis para que pudessem acompanhar as atividades propostas. A pandemia da Covid-19 só desmascarou as desigualdades existentes e ao público que em meio a sociedade capitalista já encontrava-se pauperizado.

> Em uma sociedade marcada por profundas disparidades de classe, raça/etnia e de gênero, é evidente que essa crise não atingirá todos(as) da mesma maneira: novamente, os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, em geral negros e negras, LGBTQI +, serão aqueles que pagarão o preço mais alto. Para muitos, custou a própria vida ou a de seus familiares, mortos pela covid-19, pela fome ou pela violência decorrente desse caótico quadro social (YAZBEK; BRAVO; SILVA;MARTINELLI; 2021, p.8).

Outro ponto negativo, vem do fato de que todos/as ficaram longos períodos de tempo sentados/as à frente de uma tela, afetando além da saúde mental, a saúde física e, consequentemente, ocasionando em problemas ligados ao uso desmoderado das telas, tanto dos/as alunos/as quanto dos/as professores/as. Ademais, como já mencionado neste mesmo capítulo, vários outros fatores

influenciaram negativamente e positivamente, no que tange a temática do ensino remoto.

3.2. “Pós - Pandemia”: um olhar sobre a evasão de estudantes universitários/as durante os estudos remotos provocados pela pandemia da Covid -19

Supramencionado, o ensino remoto foi uma medida instituída nas instituições de ensino durante o cenário da pandemia da Covid-19. Schlemmer e Moreira (2020) “afirmam que a pandemia ocasionou uma “situação inesperada impondo às instituições de ensino tomadas de decisões rápidas, sem a realização de etapas fundamentais para desenvolver uma educação digital online de qualidade” (Schlemmer e Moreira, 2020, apud Rech; Pecador, 2022, p. 4). Tais atividades, realizadas de forma remota, ainda estão em processo de adaptações e modificações visto que, é necessário levar em consideração a realidade e os recursos existentes de cada instituição. Contudo, este processo de retomada evidencia,

> [...] a necessidade de se pensar em estruturas acadêmicas que garantam a segurança e a saúde de todos os envolvidos no processo de ensino (MAGUIRE; MCNAMARA, 2020), [...] decorrente do que a pandemia evidenciou, é a necessidade de serem discutidas, no ambiente de sala de aula, questões relacionadas à desigualdade social, formas de racismo, bem como a apresentação aos estudantes dos diferentes cenários sociais (HILL et al. , 2020).

Ademais, com relação ao “Pós - Pandemia[32]” a UFOP, por exemplo, optou pela retomada apenas no princípio do ano de 2022[33], tendo em vista a criação da página “Retomada Segura[34]” que traz informações com relação ao retorno seguro para a comunidade acadêmica da UFOP e, também, para a população em geral das cidades de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. Em uma entrevista feita no ano

---

[32] "Refere-se a um estágio no qual a propagação do vírus diminuiu de forma marcante, as taxas de infecção estão sob controle e as restrições podem ser aliviadas gradativamente”.

[33]“O Plano de Contingência apresentado pela Administração Central ao Conselho Universitário (Cuni) da UFOP foi aprovado, com alteração da ampliação das atividades presenciais de ensino, pesquisa e extensão de 50% — percentual apresentado inicialmente — para 100%. O Cuni também aprovou o processo de retorno gradual dos servidores ao trabalho presencial na UFOP, sendo 20% até 15/01/2022, 50% até 15/02/2022 e 100% até 15/03/2022”. Matéria intitulada: “Aprovada ampliação para 100% das atividades presenciais na UFOP em março de 2022 e exigência da vacinação”. Disponível em: https://ufop.br/noticias/institucional/aprovadaampliacao-para-100-das-atividades-presenciais-na-ufop-em-marco-de. Acesso em: 27.set de 2023.

[34] Disponível em: https://ufop.br/retomadasegura. Acesso em: 27.set de 2023.

de 2022 segundo Leandro Henriques, psicólogo da Pró-Reitoria de Assistência Comunitária e Estudantil (Prace) da UFOP,

> os meses iniciais foram marcados pela imprevisibilidade do que estaria por vir, gerando expectativas e dificuldades de saber, ao certo, quais comportamentos garantiriam, de fato, nossa segurança. Esse primeiro momento contribuiu muito para um mal-estar coletivo, permeado de inseguranças em relação às nossas rotinas. Atualmente constata-se, a partir das pesquisas, o quanto a pandemia influenciou na saúde mental das pessoas.

Ainda, de acordo com o psicólogo da instituição, este período pode ser compreendido como um "novo normal" indicando que jamais podemos presumir que as circunstâncias retornarão ao que era antes. Essa avaliação abrange tanto aspectos positivos quanto aspectos negativos e, no que diz respeito à saúde mental, devemos evitar generalizações já que cada indivíduo possui suas particularidades e vivencia suas experiências de maneira única, nem sempre tento consequências no que concerne ao adoecimento mental.

O cenário pós pandêmico, requer um cuidado mais aprofundado em conformidade ao sistema educacional, principalmente quando se trata de saúde mental dos/as graduandos/as visto que, ainda se encontra insuficientemente preparado para lidar com os desafios decorrentes da pandemia da Covid-19. Em uma [35]matéria produzida pelo G1 no ano de 2021 há indícios que apontam para uma provável redução dos/as estudantes universitários/as após a pandemia.

> O Enem 2021 registrou o menor número de inscritos desde 2005. O exame é uma importante via de acesso ao ensino superior - em 2019, 38,3% dos alunos entraram na universidade usando a nota da prova (58,4% nas públicas e 30,8% nas particulares); vestibulares grandes registraram recordes de abstenção, como na Unicamp e na USP; o número de inscritos no Sisu do 2º semestre de 2021 foi 40% menor que o da mesma edição de 2019, antes da pandemia; levantamento de 2020 mostra forte aumento da inadimplência no pagamento de mensalidades da rede privada (G1, 2021).

Dessa forma, inúmeros fatores corroboram para esta evasão dos/as estudantes universitários/as, desde questões financeiras a questões relacionadas à saúde desses indivíduos. Vivenciamos de perto essa mudança repentina do ensino presencial para o ensino remoto, sendo que iniciamos as aulas no semestre 2019.2 e, depois, as mesmas foram suspensas, passando a ser de forma remota (dividida em atividades síncronas e atividades assíncronas). Neste processo de adaptação,

[35]Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/14/impacto-pandemia-ensino-superior.ghtml. Acesso em: 17 de jan.2024.

as dificuldades surgiram tendo em vista, o ambiente familiar que em muitos momentos era um empecilho para a concentração e, em outros momentos, a própria conexão da internet impedia o acesso às aulas, sem mencionar outros imprevistos que às vezes impediam de assistirmos às aulas ou de realizarmos as atividades propostas.

Diante dos desafios apresentados pelo complexo cenário pandêmico, a retomada das atividades acadêmicas presenciais na UFOP está permeada por obstáculos significativos. A imprevisibilidade dos primeiros meses desencadeou um mal-estar coletivo, caracterizado por inseguranças e expectativas sobre a segurança das rotinas diárias. A criação da página "Retomada Segura", pela UFOP, evidencia a preocupação em disponibilizar informações claras e seguras para a comunidade acadêmica, em geral.

Com efeito, cabe destacar, também, a questão do suicídio principalmente no âmbito estudantil. O suicídio é uma temática extremamente delicada e complexa e envolve aspectos psicológicos, aspectos sociais e aspectos culturais. O suicídio é um ato extremo, no qual a pessoa pratica o autoextermínio. Ademais, tal ato pode apresentar-se como resultado de uma combinação de fatores: transtornos mentais, experiências traumáticas, isolamento social, pressões financeiras, entre outros. É importante abordar o suicídio com sensibilidade, respeito e empatia, considerando que cada caso é único e multifacetado. No Brasil, o suicídio é reconhecido como a segunda maior causa de morte entre os estudantes universitários.

> O Brasil encontra-se na lista dos dez países onde há mais casos de suicídio no mundo, em números absolutos. Apresenta ainda, a quarta causa de mortalidade entre a idade de 15 a 29 anos. Contudo, não há estudos exatos que mensurem a média de ocorrência de mortes autoprovocadas em universitários, mas supõe-se que seja semelhante ao que ocorre a nível mundial, visto que há muitos casos de subnotificação (FERNANDES, 2020, p.2).

O suicídio está presente em nosso cotidiano mas, ainda, é um assunto considerado tabu na sociedade. O silêncio, o preconceito que rodeiam o suicídio [36]“podem se transformar em gatilhos para pessoas que estão sofrendo”. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde,

[36] Disponível em: Por que o suicídio ainda é um tema tabu na sociedade - Vida & Ação (vidaeacao.com.br). Acesso em 21 de fev.2024.

> estima que mais de 800 mil pessoas morrem todo ano cometendo suicídio e que a faixa etária mais prevalente é entre 15 e 29 anos. A universidade, concentrando jovens nessa faixa de idade, muitas vezes abriga o desvelamento de sofrimento de seus alunos, representado na expressão de ideação ou tentativa de suicídio (OMS, 2014 apud SILVA; AZEVEDO, 2018, p.390).

Além do mais, o suicídio está presente, também, nas universidades. O autor Dutra (2012) diz que, as notícias sobre os suicídios de estudantes universitários/as no Brasil são vistas, com frequência, nos veículos de comunicação e tais estatísticas são consideradas expressivas e significativas.

> [...] o suicídio, em algum momento, pode parecer algo absurdo, contudo é um fenômeno bastante presente na vida humana. Ele representa um ato extremo contra a própria vida e simboliza a comunicação de um sofrimento vivenciado como insuportável por aquele que o pratica. Desta forma, o suicídio é um fenômeno que precisa ser tematizado, seja por meio de novos estudos, seja por debates mais abrangentes na mídia e em outros espaços da sociedade. Faz-se premente a provocação para solidificar-se uma cultura de prevenção permanente, falando e pensando em intervenções sobre o tema, sobretudo, a saúde mental (ROCHA; BORIS; MOREIRA, 2012, apud SILVA; AZEVEDO, 2018, p.391).

Ademais, algumas pessoas não conseguem lidar com as pressões do cotidiano e, consequentemente, acometem a decisões extremas.

> As pressões e cobranças do cotidiano para oferecer resultados satisfatórios; dar conta das atividades em tempo hábil; ser produtivo; exercer múltiplas funções; ser um profissional flexível e generalista; e até calar momentos de dor, tiram de nós a capacidade de sermos singular e introjeta adoecimentos psíquicos (SILVA; AZEVEDO, 2018, p.397).

Refletir e compreender a questão do suicídio nas universidades vai muito além dos atos de tentativas e de ideações.

> [...] é preciso enxergar, escutar e acolher o que torna estressante o dia a dia do estudante, é também permitir que as “coisas mesmas” que os perturbam, dentro e fora da academia, apareçam e nos permitam interpretar o sofrimento por trás de um grito silenciado, que ao pensar em morrer é anunciar uma voz: a voz daquele que está em sofrimento (SILVA; AZEVEDO, 2018, p. 399).

Infere-se que, é fundamental compreender que as repercussões da pandemia da Covid-19 transcendem questões relacionadas à segurança sanitária. O impacto na saúde mental dos/as graduandos/as é uma crescente fonte de preocupação, especialmente porque o sistema educacional ainda não está devidamente preparado para enfrentar os desafios associados, principalmente em relação à própria temática do suicídio. Espaços que promovam a escuta e o acolhimento para

com a comunidade estudantil são fundamentais, acompanhados de ações que promovam debates sobre a saúde mental e que sejam introduzidas dentro do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura histórica acerca da temática de saúde mental trouxe, para os sujeitos, alguns aparatos quanto ao tratamento de tais transtornos mentais. O processo de desinstitucionalização, proporcionado pelo movimento da Luta Antimanicomial e pela Reforma Psiquiátrica, mostra que esses indivíduos são sujeitos de direitos que precisam ser acolhidos e respeitados.

Contudo, este trabalho de conclusão de curso vem apresentar a temática a respeito da saúde mental do indivíduo, um assunto de extrema importância e que precisa ser discutido e dialogado nas diversas instâncias sociais, sobretudo nas instituições de ensino, sem que haja a exclusão e a "retirada" dessas pessoas da sociedade. Além disso, um cenário inesperado veio à tona: pandemia da Covid-19, que "revelou o quadro estrutural de barreiras à universalização do ensino superior no Brasil, incluindo o acesso desigual à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), acesso à internet, desemprego e redução de renda" (PINTO, 2020, apud SILVA, 2021, p. 32 -33) afetando, diretamente, a saúde mental de alguns/ algumas estudantes universitários/as.

Mesmo diante da retomada das atividades presenciais nas universidades, em destaque na UFOP ainda, assim, fatores externos apontam para o abandono desses sujeitos, que vão desde questões de saúde mental, a vulnerabilidade social, dentre outras. O permanecer na universidade, para alguns, é desafiador e demanda abordagens multidisciplinares e políticas públicas efetivas e eficazes.

Nesse contexto, é imperativo o engajamento coletivo para promover um ambiente acadêmico inclusivo, que proporcione suporte e bem-estar a todos os seus membros, sendo importante que a sociedade esteja mais empenhada em cuidar da saúde mental desses indivíduos e a universidade ter um papel de promover o cuidado com relação à saúde mental desses/as estudantes universitários/às. Oferecer um espaço, com profissionais habilitados/as e especializados/as, para discutir a temática de saúde mental, é imprescindível. A UFOP, por exemplo, sendo uma instituição reconhecida, poderia, através de políticas públicas eficientes ter, em sua lista, o curso de Psicologia, que abriria portas para debater o assunto relacionado à saúde mental da comunidade acadêmica.

Quanto ao atendimento psicológico na UFOP, para os/as discentes, que é realizado através de agendamento via link, como já supracitado no capítulo 2 (tópico 2.1 - página 43), nota-se que tal questão é uma problemática, tendo em vista que, pode-se observar dois aspectos relevantes: o primeiro é relacionado a como esse atendimento é feito, pois alguns/algumas estudantes universitários/as podem não ter o acesso imediato a aparelhos tecnológicos para realizar o agendamento para o atendimento. Já o segundo,refere-se ao dia da marcação do atendimento, no qual a agenda é aberta na primeira e na terceira segunda - feira de cada mês. A depender da magnitude do caso, o/a discente não consegue esperar tanto tempo para agendar a consulta e, em alguns casos, o mesmo pode não ter condições financeiras para arcar com um atendimento psicológico particular.

Urge, portanto, que a instituição estabeleça medidas para solucionar tal problemática. Logo, a UFOP pode considerar que seja disponibilizado um espaço coletivo para discutir sobre a saúde mental dos/as discentes, com a participação de profissionais da área promovendo o acolhimento e a escuta qualificada para aqueles e aquelas estudantes universitários/as que sofrem com o adoecimento mental.

Dessarte, é inegável que, a pandemia da Covid - 19 exacerbou desigualdades sociais, impactando de maneira desproporcional grupos variados. No âmbito educacional, a transição do ensino presencial para o ensino remoto evidenciou disparidades, em grande parte, para estudantes sem acesso às tecnologias, as desigualdades socioeconômicas e a falta de estrutura acentuaram, também, essas dificuldades. Dessa forma, este Trabalho de Conclusão de Curso, nos proporcionou uma reflexão profunda sobre a necessidade de preservar a saúde mental, um ativo muitas vezes negligenciado em meio às exigências acadêmicas e profissionais. Ao abordar essa temática, fomos conduzidas a reconhecer que uma mente saudável não é apenas vital para o desempenho acadêmico, mas é essencial para o crescimento pessoal e a qualidade de vida de cada sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES. V. A. Edna. NASCIMENTO. T. Gleiciane. MORAIS. R. T. Régia. VALE. C. Elizabete. **A Importância da atuação dos pais no acompanhamento da aprendizagem dos filhos no contexto do ensino remoto.** Universidade Estadual da Paraíba. PB, Brasil.

AMORIM, Edmundo Marinho Rosa de. **Determinantes dos aluguéis residenciais nas cidades históricas mineiras de Ouro Preto e Mariana.** [manuscrito] / Edmundo Marinho Rosa De Amorim. - 2022. 36 f. Disponível em: MONOGRAFIA_DeterminantesAluguéisResidenciais.pdf (ufop.br). Acesso em: 08 de dez. de 2023.

APPEL, M. Nicolle. **O Assistente Social inserido na saúde mental e suas estratégias de intervenção.** Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós - Graduação em Políticas Públicas. São Luís, MA, Brasil, 2017.

BARBOSA, Rafaela Jordana Rafael. **A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA CIDADE DE MARIANA NO SEGMENTO DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2013 A 2017.** Mariana - MG, p. 1-58. Disponível em: MONOGRAFIA_DependênciaSegmentoMineração.pdf (ufop.br). Acesso em: 05 ago. de 2023.

BERTOLLO, Kathiuça; MEDEIROS, Alice da Conceição Silva; MARQUE, Arthur Ribeiro; SILVA, Beatriz Costa Ferreira da; ALMEIDA, Bianca Evelyn Fonseca de; ALVES, Camille; PINTO, Clara Kefi de Barros; ROLAO, Eduarda Caroline; VIEIRA, Julia Virginia; MONTEIRO, Luís Felipe; PEREIRA, Livia Salles; BARBOSA, Ludmila Resende; FERNANDES, Tamires Assunção. Estudo sobre a Formação Social Brasileira e seus Impactos no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - UFOP. **PET Sociais Aplicadas**. Mariana, 2023. pp. 1 - 20.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 16 out. de 2023.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. **Saúde e Serviço Social**, 2004, p. 1-22.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Adriana da Costa de. **DO PRESENCIAL AO REMOTO E DE VOLTA AO PRESENCIAL: a perspectiva do discente sobre o ensino-aprendizagem durante e após a pandemia da COVID-19.** Uberlândia (MG), 2022. 17f. Disponível em: PresencialRemotoVolta.pdf (ufu.br). Acesso em 17 de dez. de 2023.

CFESS. Serviço Social e a inserção de assistentes sociais nas Comunidades Terapêuticas no Brasil. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/RelatorioCFESS-ComunidadesTerapeuticas2018-Site.pdf. Acesso em: 06 de dez. de 2023.

Como cuidar da saúde mental dos estudantes na IES? **Saraiva Educação**, 2022. Disponível em: https://blog.saraivaeducacao.com.br/saude-mental-dos-estudantes/. Acesso em: 05 de jun. de 2023.

Conferência Nacional de Saúde Mental (2. : Brasília : 1992) **Relatório final da 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília**: Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação de Saúde Mental, 1994. 63p. I. Brasil. Ministério da Saúde. Coordenação de Saúde Mental. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2conf_mental.pdf. Acesso em: 16 out. de 2023.

Conselho Federal de Serviço Social. **Assistente Social no Combate ao Preconceito/ discriminação contra a população usuária da saúde mental.** Brasília, Brasil. c.8, p.19, 2022.

CORREIA, Sílvia. **O Modo de Produção Capitalista: O Exemplo do Trabalho Feminino.** Revista Formação, n° 14 volume 2 - p. 130 -140, 2007

CUNHA. F. F. Leonardo. SILVA. S. Alcineia. SILVA. P. Aurênio. **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação.** Revista Com Censo. v. 7, n. 3. ago. 2020.

FERNANDES. Márcia Astrês. SILVA. Joyce Soares. CAMPOS. Luana Ruth Braga. NEPOMUCENO. Valéria Maria Silva. VASCONCELOS. Ananda Cerqueira Barbosa de. OLIVEIRA. Ana Lívia Castelo Branco de Oliveira. **Prevenção ao suicídio: vivências de estudantes universitários.** Reiv Cuid, p.2. agost, 2020.

FIGUEIRÊDO, Marianna Lima de Rolemberg; DELEVATI, Dalnei Minuzzi; TAVARES, Marcelo Góes. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a Reforma Psiquiátrica no Brasil. **Ciências humanas e sociais** | Maceió | v. 2 | n.2 | p. 121-136 | Nov 2014 | periodicos.set.edu.br.

FRANCISCO. A. S. Erica. **Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa no Serviço Social com enfoque nos instrumentos e técnicas.** UFES. Vitória, Brasil, 2018.

GARCIA, Luciana Marolla; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; REIS, Verônica Lima dos. **Saúde Mental na Universidade: a perspectiva de universitários da Permanência Estudantil.** Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 17, p.167-181 jan/dez 2020. DOI: 10.5747/ch.2020.v17.h493. Disponível em: SAUDE_MENTAL_NA_UNIVERSIDADE_A_PERSPECTIVA_DE_UNIV.pdf. Acesso em: 13 de jul. de 2023.

GERMANY, Darcy José. **A mineração no Brasil.** Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação. Rio de Janeiro, 2002.

GOMES, Lucélia Maria Lima da Silva; LEITÃO, Heliane de Almeida Lins; SANTOS, Kyssia Marcelle Calheiros; ZANOTTI, Susane Vasconcelos. **Saúde Mental na Universidade: ações e intervenções voltadas para os estudantes**, 2022. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4343/8278. Acesso em: 06 de jun. de 2023.

GUSSO, Hélder Lima; ARCHER, Aline Battisti; LUIZ, Fernanda Bordignon; SAHÃO, Fernanda Torres; LUCA, Gabriel Gomes de; HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira; PANOSSO, Mariana Gomide; KIENEN, Nádia; BELTRAMELLO, Otávio; GONÇALVES, Valquiria Maria. **Ensino Superior em Tempos de Pandemia: Diretrizes à Gestão Universitária.** DEBATES & POLÊMICAS • Educ. Soc. 41 • 2020.

GUIMARÃES, Andréa Noeremberg; BORBA, Letícia de Oliveira; LAROCCA, Liliana Muller; MAFTUM, Mariluci Alves. **TRATAMENTO EM SAÚDE MENTAL NO MODELO MANICOMIAL (1960 A 2000): HISTÓRIAS NARRADAS POR PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2013 Abr-Jun; 22(2): 361-9. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/Nqmhpjwx99tRHMv6fR8HLCc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 29 de nov. de 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983

LORRAN, Tácio**. Governo usou R$75 mi da Covid para financiar comunidades terapêuticas.** Governo direcionou verba da Covid-19 para a “redução da demanda por drogas” em 2021 e 2022. Entidades são, em sua maioria, evangélicas. Out, 2022. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/governo-covid-comunidades-terapeuticas. Acesso em: 09 de out de 2023.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. **O movimento antimanicomial no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, 12(2):p.399-407, 2007.

MACHADO. Nívia. **Preço de aluguel afeta entrada e permanência de alunos da UFOP em Mariana**. Relatório feito pela UFOP aponta que em 2021, a taxa de abandono de cursos foi de 21% , os mais afetados são alunos em vulnerabilidade socioeconômica. Estado de Minas. Belo Horizonte, MG, Brasil, mar. 2023.

MAGALHÃES. G. A. Anne. **Notas sobre a inserção do Assistente Social na política de saúde mental brasileira.** Universidade Federal de Sergipe. Sergipe, SE, Brasil, 2018.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 1848.

MARX, Karl. ***O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013, Livro I, p. 337-8.

MENEZES, Maíra. **Pesquisa identifica o impacto da pandemia em estudantes.** FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 21 de ago. de 2023.

Ministério da Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. Brasília, Brasil, nov. 2005.

NASSIF, Rodrigo. **Cuidar de si e cuidar do próximo no retorno presencial**. Universidade Federal de Ouro Preto/ UFOP. Ouro Preto. MG. Brasil, mar, 2022.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vitório. **Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência.** R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/TJkmTvBNS5tr3TPXQtvbRMs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

OLIVEIRA, N. Eliany. VASCONCELOS, I. O. Maristela. ALMEIDA, C, Paulo. PEREIRA, J. A. Paulo. LINHARES, S. C. Maria. NETO. R. G. X. Francisco. ARAGÃO, M. N. Joyce. **Covid - 19: repercussões na saúde mental dos estudantes do ensino superior.** Artigo original, p.213. Rio de Janeiro, Brasil, mar. 2022.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Saúde mental dos adolescentes. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes. Acesso em: 20 de fev. de 2024.

OSTI, Andreia. JÚNIOR, A. F. P. José. Almeida, S. Leandro. **O comprometimento acadêmico no contexto da pandemia da covid - 19 em estudantes brasileiros do ensino superior.** Universidade Feevale. Revista Prâksis, p. 276, (Novo Hamburgo) a. 18, n. 3, set./dez. 2021.

PATRIOTA, Lucia M.; EULÁLIO, Maria do Carmo; LIMA, Gerbson da Silva; SILVA, Mayara Duarte da. **A saúde mental na formação do Curso de Serviço Social.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 55 - 65, jan./jun. 2010.

PEINADO, Jurandir. VIANNA, R. P. M. Fernando. MENEGHETTI. K. Francis. **Perspectivas de retorno dos estudantes de uma Universidade. Pública às aulas presenciais no pós-pandemia.** Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE, 38(00). https://doi.org/10.21573/vol38n002022.121497

PERRONE, A. K. Pablo. **A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica?** The therapeutic community for recuperation from addiction to alcohol and other drugs in Brasil: in line with or running counter to psychiatric reform? Faculdade de Medicina de Botucatu. UNESP. SP, Brasil, mar. 2013.

Política Nacional de Assistência Social - PNAS/ 2004. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.
Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 07 de ago. de 2023.

RECH, G. Z.; PESCADOR, C. M. Ensino remoto em tempos de pandemia: Covid- 19 suas implicações na interação professor -estudante -uma perspectiva freireana. **Revista Ibero -Americana de Estudos em Educação** , Araraquara, v. 17, n. esp. 2, p. 1264-1278, jun. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.2.16075.

RIBEIRO, L, Sérgio. **A criação do Centro de Atenção Psicossocial Espaço Vivo.** Universidade Paulista, São Paulo, Brazil. Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, Brazil, agost. 2012.

SAHÃO. T. Fernanda. KIENEN. Nádia. **Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura.** Scielo Brasil. Londrina, PR, Brasil, jun. 2021.

SANTOS, Adilson Pereira dos. Políticas de ação afirmativa, novo ingrediente na luta pela democratização do ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Ouro Preto. Duque de Caxias (RJ), 2011. 258f. Disponível em: dissertacao Adilson.pdf (uerj.br). Acesso em: 08 de dez. de 2023.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL : CONTORNOS, FUNÇÕES E OBJETIVOS. **Boletim de Análise - Político Institucional.** Ipea. Brasília, 2014 (nº6). pp.42 - 47). Disponível em: BAPI_6_Comunidades_terapeuticas.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 08 de dez. de 2023.

SARRETA. O. Fernanda. BERTANI. F. Iris. **A Construção do SUS e a participação do Assistente Social.** Unicamp Campinas. SP, Brasil, jun. 2018.

SILVA, C. João. **Educação e alienação em Marx: Contribuições teóricometodológicas para pensar na história da educação.** UNIOESTE, Cascavel, PR, Brasil, set. 2005.

Silva M. V. M., & Azevedo A. K. S. (2018). **Um olhar sobre o Suicídio**: vivências e experiências de estudantes universitários. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 7(3), 390- 401. doi: 10.17267/2317-3394rpds.v7i3.1908. Disponível em: (PDF) Um olhar sobre o Suicídio: vivências e experiências de estudantes universitários (researchgate.net). Acesso em: 21 de fev. de 2024.

SILVA, Raquel Bezerra da. **O impacto da COVID-19 no cotidiano dos estudantes universitários : desempenho acadêmico, desafios e oportunidades** / Raquel Bezerra da Silva. João Pessoa, 2021. 56 p. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21788/1/RBS30122021.pdf. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

TOMAZ, Cristiane Silva. O Serviço Social na saúde mental e o “Técnico de Referência”: possibilidades de uma atuação crítica? / Cristiane Silva Tomaz. - 2018. 253 f.
Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/15862/1/Cristiane%20Silva%20Tomaz.pdf. Acesso em: 09 de out. de 2023.

VASCONCELOS, Angeline Menezes. **Manicômio de Barbacena:** Fotografia e Memória. Rio de Janeiro, 2023. p. 1-54.

VENTURINI. C. Anna. LIMA. Marcia. SOUSA. J. Caio. BERTOLOZZI. B. Thayla. **As desigualdades educacionais e a Covid - 19.** Afro. Informativo desigualdades raciais e Covid - 19. n.3. nov, 2020.

Yazbek, M.C.; Bravo , M.I.; Silva, M.L.O.; Martinelli M.L. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 140, p. 5-12, jan./abr. 2021